01-005

SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

PROJETO DE LEI	01 - 0056 / 1996	DE	1996

MATÉRIA LEGISLATIVA:	PL	01 - 0056 / 1996	DE	13/02/1996

PROMOVENTE: VEREADOR JOSE VIVIANI FERRAZ

EMENTA: ACRESCE A LETRA D AO INCISO II DO ARTIGO 19 DA LEI N. 9049 DE 24 DE ABRIL DE 1980, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OBSERVAÇÕES: CAPA RECONSTITUÍDA EM 05/01/2005

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
26/10/2010 14:29:20
00000013819-38

ARQUIVADO EM 06 / 01 / 1997

PJ Regina Apº Barros
CHEFE DE SEÇÃO

Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 01 da proc.
n.º 56 do 19 96

LIDO HOJE
ÀS COMISSÕES DE: 13 FEV 1996
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA;
POL. IND, COMÉRCIO E MEIO AMB.
ATIVIDADE ECONÔMICA;
EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
FINANÇAS E ORÇAMENTO.
PRESIDENTE

PROJETO DE LEI Nº 01 - PL
01-0056/1996

Acresce a "Letra d" ao inciso II, do artigo 19 da Lei nº 9049 de 24 de abril de 1980.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO decreta:

Art. 1º - Fica acrescido ao inciso II, do artigo 19 da Lei nº 9049 de 24 de abril de 1980, o seguinte:

"Letra d" - Pré escolas, escolas de 1º e 2º Grau, desde que o número de alunos não ultrapassem 150 (cento e cinquenta) em todos os seus cursos e cuja área de contrução não ultrapasse 500 m2.

Art. 2º - As despesas decorrentes da implantação desta Lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 13 de fevereiro de 1996.

Vereador **JOSÉ VIVIANI FERRAZ**

SEÇÃO DE REVISÃO
13 FEV 1996
-DT. 10-

YHK/

Cód. 0561

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE(M) juntado(s) nesta data documento(s) rubricado(s) sob n.º 204 e fôlha de informação sob n.º 05 /23/02/96 a (

Folha n.º 02 do proc. n.º 56 de 19 96

J U S T I F I C A T I V A

É da Carta Maior que compete ao Poder Público a escolaridade de menores de 14 anos, neste mesmo sentido a Lei Orgânica Municipal.

É sabido também que tal mister vem sendo realizado em caráter supletivo por entidades particulares, que via de regra encontram óbices a implantação de suas unidades em decorrência da proibitividade da Lei de Zoneamento, que em muito aspectos desatende a atualidade de uma cidade como é São Paulo.

Evidentemente que o Poder Público, deve dar aos seus munícipes, oportunidades das mais diversas de obter estudo e às unidades educacionais e de implantar para a promoção desta atividade em locais onde ao ser criada a Lei de Zoneamento, inexistiam tais condições.

A variação da malha viária desde a implantação da Lei de Zoneamento e a própria vida comercial da cidade, sofreram diversas alterações e o Uso e Ocupação do Solo, tem por força de legislações esparsas, motivadas pela pronta interferência desta Casa, melhorando a vida dos cidadãos paulistanos.

Assim, entendemos que a alteração ora proposta, não implicará em nenhum prejuízo aos lindeiros, aonde venham a se instalar estabelecimentos destinados a escolaridade 1º e 2º Grau, ou seja de ensino básico.

.-.-.-.-.-.-.-.

Faço saber que a Câmara Municipal, em sessão de 2 de abril de 1980, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1.o — É concedida a Maria de Lourdes Andrade, viúva de Waldemar Ribas de Andrade, que durante cerca de 18 anos exerceu o cargo de Assessor-Auxiliar, e a Conceição Bonani Rosa, viúva de Benedito Rosa, que exerceu o cargo de Oficial Legislativo, ambos da Secretaria desta Câmara Municipal, pensão vitalícia mensal equivalente ao valor atual e futuro das referências DA-7-A e 17-A, respectivamente.

Art. 2.o — As despesas com a execução da presente lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3.o — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de São Paulo, aos 23 de abril de 1980, 427.o da fundação de São Paulo. — O Prefeito, **Reynaldo Emygdio de Barros** — O Secretário dos Negócios Jurídicos, **Manoel Figueiredo Ferraz** — O Secretário das Finanças, **Pedro Cipollari** — O Secretário Municipal da Administração, **João Lopes Guimarães** — O Secretário dos Negócios Extraordinários, **Tufi Jubran.**

Publicada na Chefia do Gabinete do Prefeito, em 23 de abril de 1980. — O Secretário-Chefe do Gabinete, **Orlando Carneiro de Ribeiro Arnaud.**

LEI N.o 9049, DE 24 DE ABRIL DE 1980

Cria e determina as características básicas das zonas de uso Z17 e Z18; cria e altera perímetros de zonas de uso; altera dispositivos para os Corredores de Uso Especial Z8-CR1, Z8-CR4 e Z8-CR5; cria o Corredor de Uso Especial Z8-CR6; enquadra logradouros públicos como corredores de uso especial, e dá outras providências.

Reynaldo Emygdio de Barros, Prefeito do Município de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faço saber que a Câmara Municipal, em sessão de 2 de abril de 1980, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1.o — Ficam instituídas, representadas por siglas, com suas características básicas, as seguintes zonas de uso:

I — Z17: uso predominantemente residencial, sendo permitido comércio e serviços de âmbito local;

II — Z18: uso predominantemente residencial, sendo permitido comércio e serviços de âmbito local e diversificados.

Art. 2.o — As características de dimensionamento, ocupação e aproveitamento do lote, bem como as categorias de uso permitidas nas zonas de uso Z17 e Z18, ora instituídas, são aquelas constantes do Quadro n.o 2E, anexo a esta lei, ressalvado o disposto no artigo 39 da Lei n.o 8001, de 24 de dezembro de 1973.

§ 1.o — O gabarito máximo de altura das edificações, nas zonas de uso Z17 e Z18, referidas neste artigo, será de 25m (vinte e cinco metros), não ultrapassando, em qualquer caso, o número máximo de 8 (oito) pavimentos, excluídos os pavimentos em subsolo destinados a estacionamento de veículos.

§ 2.o — Nas zonas de uso Z17 e Z18, a categoria de uso R3 poderá adotar o coeficiente de aproveitamento do lote até 2 (dois), desde que sejam atendidas as disposições do artigo 24 da Lei n.o 7805, de 1.o de novembro de 1972, alterado pelo artigo 18 da Lei n.o 8881, de 29 de março de 1979, e ressalvado o disposto no artigo 39 da Lei n.o 8001, de 24 de dezembro de 1973.

§ 3.o — Nos casos em que a zona de uso Z17 for lindeira à zona de uso Z1 e limite entre as zonas passar pelo interior da quadra, através de segmentos ou de viela sanitária, os lotes da zona Z17 deverão prever uma faixa "non aedificandi" de 25 m (vinte e cinco metros) de largura, traçada e medida paralelamente ao limite entre zonas de uso, que deverá ser obrigatoriamente arborizada.

§ 4.o — Os lotes caracterizados como núcleos comerciais em planos de loteamento aprovados pela Prefeitura, ficam enquadrados na zona de uso Z18, sendo que as edificações disporão de, no máximo, 3 (três) pavimentos, incluindo o pavimento térreo e não poderão ultrapassar o gabarito máximo de altura de 10m (dez metros), sem prejuízo do número de pavimentos, excluídos os pavimentos em subsolo destinados a estacionamento de veículos, ressalvado o disposto no artigo 39 da Lei n.o 8001, de 24 de dezembro de 1973.

Art. 3.o — Nas zonas de uso Z17 e Z18, ora criadas, serão permitidas edificações destinadas a estacionamento de veículos, desde que sejam atendidas as seguintes disposições:

I — O dimensionamento do lote, a taxa de ocupação e o coeficiente de aproveitamento são os mesmos aplicados à zona de uso Z17, ressalvado o disposto no artigo 39 da Lei n.o 8001, de 24 de dezembro de 1973;

II — Recuos mínimos de frente e de fundo de 6 m (seis metros) e recuos laterais de 3m (três metros) de ambos os lados, ressalvado o disposto no artigo 39 da Lei n.o 8001, de 24 de dezembro de 1973;

III — O gabarito máximo da edificação será de 25 m (vinte e cinco metros), em qualquer ponto do terreno.

Art. 4.o — Fica instituída, representada pela sigla Z8-069, a zona de uso

Folha n.º 03 56 da proc. 18

especial, delimitada pelo perímetro descrito no Quadro n.o 8H, anexo, com características de dimensionamento, ocupação e aproveitamento dos lotes, bem como categorias de uso permitidas constantes do Quadro n.o 5D anexo à Lei n.o 8766, de 22 de agosto de 1978, e assinalado nos mapas n.os 221-11-0541 e 221-11-0542, anexos a esta lei.

Art. 5.o — Fica instituída, representada pela sigla Z8-070, a zona de uso especial, delimitada pelo perímetro descrito no Quadro n.o 8H, anexo, com características de dimensionamento, ocupação e aproveitamento dos lotes, bem como categorias de uso permitidas constantes do Quadro n.o 5H e assinalado nos mapas n.os 221-11-0547 e 221-11-0547/B, anexos.

Art. 6.o — O perímetro da zona de uso Z1-009, constante do Quadro n.o 8A da Lei n.o 8001, de 24 de dezembro de 1973, fica alterado, conforme descrito no Quadro n.o 8H e assinalado nos mapas n.o s 221-11-0543 e 221-11-0547, anexos.

Art. 7.o — O perímetro da zona de uso Z1-010, constante do artigo 13 da Lei n.o 8767, de 22 de agosto de 1978, fica alterado, conforme descrito no Quadro n.o 8H e assinalado no mapa n.o 221-11-0547, anexos.

Art. 8.o — Fica alterado o perímetro da zona de uso Z1-014, constante do Quadro n.o 8C, integrante da Lei n.o 8769, de 31 de agosto de 1978, conforme nova descrição no Quadro n.o 8H e assinalado nos mapas n.os 221-11-0547 e 221-11-0550, anexos.

Art. 9.o — Fica alterado o perímetro da zona de uso Z1-021, constante do Quadro n.o 8B, integrante da Lei n.o 8328, de 2 de dezembro de 1975, conforme nova descrição no Quadro n.o 8H e assinalado nos mapas n.os 221-11-0551 e 221-11-0553, anexos.

Art. 10 — Fica alterado o perímetro da zona de uso Z1-022, contante do Quadro n.o 8A, integrante da Lei n.o 8001, de 24 de dezembro de 1973, conforme nova descrição no Quadro n.o 8H e assinalado nos mapas n.os 221-11-0551, 221-11-0552 e 221-11-0553, anexos.

Art. 11 — Fica alterado o perímetro da zona de uso Z3-113, constante do Quadro n.o 8A da Lei n.o 8001, de 24 de dezembro de 1973, conforme nova descrição no Quadro n.o 8H e assinalado nos mapas n.os 221-11-0556 e 221-11-0557, anexos.

Art. 12 — Ficam enquadradas na zona de uso Z3, as áreas delimitadas pelos perímetros Z3-249 e Z3-250, descritos no Quadro n.o 8H e assinalados nos mapas n.os 221-11-0546, 221-11-0547 e 221-11-0550, anexos.

Art. 13 — Ficam alterados os perímetros das zonas de uso Z4-020, Z4-033, Z4-059 e Z4-066, constantes do Quadro n.o 8A da Lei n.o 8001, de 24 de dezembro de 1973, conforme novas descrições no Quadro n.o 8H e assinalados nos mapas n.os 221-11-0543, 221-11-0545, 221-11-0549 e 221-11-0550, anexos.

Art. 14 — Fica enquadrada na zona de uso Z6, a área delimitada pelo

perímetro Z6-063, descrito no Quadro n.o 8H e assinalado no mapa n.o 221-11-0557, anexos.

Art. 15 — Fica enquadrada na zona de uso Z10, a área delimitada pelo perímetro Z10-005, descrito no Quadro n.o 8H e assinalado no mapa n.o 221-11-0548, anexos.

Art. 16 — A Quadra n.o 412 do Setor Fiscal 095 da Planta Genérica de Valores fica excluída do perímetro da zona de uso Z16-002, passando a integrar o perímetro da zona de uso Z11-023.

Art. 17 — Fica enquadrada na zona de uso Z17, a área delimitada pelo perímetro Z17-001, descrito no Quadro n.o 8H e assinaldo no mapa n.o 221-11-0552, anexos.

Art. 18 — Ficam enquadradas na zona de uso Z18, as áreas delimitadas pelos perímetros Z18-001, Z18-002, Z18-003 e Z18-004, descritos no Quadro n.o 8H e assinalados nos mapas n.os 221-11-0547, 221.11-0547/A, 221-11-0551 e 221-11-0553, anexos.

Art. 19 — O Corredor de Uso Especial Z8-CRI fica subdividido em dois tipos: Z8-CR1-I e Z8-CR1-II.

§ 1.o — Ao Corredor de Uso Especial Z8-CR1-I aplicam-se as seguintes disposições:

I — A categoria de uso R1 é permitida como uso conforme;

II — Os seguintes estabelecimentos e atividades são permitidos, desde que atendam às disposições do item IV;

a) escritórios administrativos, sem operação de venda de mercadoria de: firmas, empresas, representação, publicidade e propaganda; agências bancárias, de câmbio e de turismo; escritórios de: financeiras, imobiliárias e departamentos imobiliários de empresas construtoras, corretoras de imóveis, corretoras de seguros, administradoras de bens e incorporadoras; escritórios e consultórios de: profissionais liberais, planejamento, projetos, auditoria, consultoria e assessoria, consulados e representações diplomáticas; estúdios fotográficos, galerias de artes plásticas;

b) museus;

c) estacionamento de veículos;

III — Para a categoria de uso R1, as características de dimensionamento do lote, recuos, taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento são os mesmos aplicados à zona de uso Z1, ressalvado o disposto no artigo 39 da Lei n.o 8001, de 24 de dezembro de 1973;

IV — Os estabelecimentos e atividades constantes do item II atenderão aos seguintes requisitos:

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº ..... 05 .....

do processo nº ..... 56 ..... de 19 .. 96 ..... 23 /. 02 ..... /. 96 ..... (a) .....

Ao Senhor Assessor Chefe,
Sobre o assunto, consta:
Em 23-02-96
Lei 9.049/80

MARIA [illegible] MORETTI FORTA
Ass. Parlamentar

À Com. de Const. e Justiça
23/02/96

LUIZ AREIAS DE CARVALHO
Ass. Tecn. Leg. Chefe - A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 26/02/96 às ____ hs.

Ao Nobre Vereador [signature]
para relatar
Sala da Comissão de Constituição e Justiça
em 26 de 02 de 19 96

Presidente

SEGUE ..... juntado ..... nesta data, ... documento ..... e papel para informação, rubricado .....
sob folha ..... nº 06
Em 18 / 04 / 96
(a) .....

Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.: 06 do Proc.
056 de 1996
Secretário

PRORROGAÇÃO

Tendo em vista a necessidade de maiores estudos da matéria, prorrogo o prazo para emissão de parecer desta Comissão, conforme disposto no art. 63, "caput", do Regimento Interno.

Em, 12/03/96

Ver. Dárcio Arruda
Presidente da Comissão de
Constituição e Justiça

Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 07 do proc. Nº 056 de 1996
O funcionário

16 - PAR
16-0627/1996

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 0056/96

Projeto de lei, de autoria do Nobre Vereador José Viviani Ferraz, visa alterar os incisos II e IV do art. 19 da Lei nº 9.049, de 24 de abril de 1980, a fim de permitir o funcionamento de pré-escolas e escolas de 1º e 2º graus em área de zoneamento.

Por se tratar de projeto de lei que versa sobre zoneamento urbano, é obrigatória a convocação de, pelo menos, duas audiências públicas durante a tramitação da matéria pela Câmara, nos termos do artigo 41, VI, da Lei Orgânica do Município, observado o artigo 46 da L.O.M.

A proposta ampara-se nos arts. 13, XIV e 70, VIII e parágrafo único, da Lei Orgânica do Município.

PELA LEGALIDADE

Contudo, a fim de adaptar o projeto à melhor técnica legislativa, propomos o seguinte substitutivo:

Substitutivo nº /96 ao projeto de lei nº 0056/96

Acrescenta alínea aos itens II e IV do artigo 19 da Lei nº 9.049, de 24 de abril de 1980.

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:

Art. 1º - Os itens II e IV do artigo 19 da Lei nº 9.049/80 ficam acrescidos das seguintes alíneas, respectivamente:

"d - pré-escolas, escolas de 1º e 2º graus."

"j - as atividades da alínea 'b' do item II deverão observar capacidade máxima de 150 (cento e cinquenta) alunos e área construída de até 500 m2 (quinhentos metros quadrados)."

Art 2º - As despesas de execução da presente lei correrão por conta das orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça 16/08/96

RELATOR

17 - RELCOM
17-0515/1996

À Douta Comissão de
Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente
Em, 19 / 04 /96

ORLANDO KOCI MENDES
AUXILIAR LEGISLATIVO

Publicado no DIARIO OFICIAL
de 19 / 04 / 1996
pagina 46 coluna 3
conferido:

Recebido na Comissão de
Política Urb. Metrop.e Meio
Ambiente
Em 22.04.96 as 15 00 h.

DONIZETE A. PONTES
Assist. Parlamentar

AO NOBRE VEREADOR Fania Lima

PARA RELATAR.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente.

22 / 04 / 1996

PRESIDENTE

AO NOBRE VEREADOR Bruno Feder

PARA RELATAR.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente.

18 / 09 / 96

PRESIDENTE

Folha nº 08 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	CONT. APARTE
		—			

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DT. 10

SEM REVISÃO

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE.

Presidente: Sr. Vereador Emílio Meneghini

Membros : Srs. Vereadores

Aldaíza Sposati

Bruno Féder

Faria Lima

Tereza Cristina de S.Lajolo

Ana Maria Quadros

Audiência Pùblica realizada no Auditório Ver. Antonio Sampaio da Câmara Municipal de São Paulo em 15 de maio de 1996.

Solicitante: Sr.Vereador Emílio Meneghini

(Memo nº 01/96-C.P.U.)

Folha n.º 09 do proc.
N.º 56 de 1996
funcionário

ROD/ZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A16	2	morg.	aud.pública	15.5.96		

O Sr. _____ - PL 007/96, de autoria do Vereador Murillo Antunes Alves, altera a zona de uso ZL-014, uma zona de uso extritamente residencial para Z8-ZR2, que é um corredor de uso especial o trecho da Rua João de Cruz Melão compreendido entre a Av. Giovanni Gronchi e a Rua Corbi Assab Abdala, Jardim Leonor.

A Sra. Ana Maria Quadros - Alguém quer fazer uso da palavra ?

O próximo então é o 0056/96, que acresce a letra "d" ao inciso do art. 19, da Lei 9049, de 24 de abril de 1980 e dá outras providências.

O Sr. _____ - O PL 56/95, de autoria do Vereador José Viviani Ferraz, acresce a letra "d" ao inciso II do art. 19 da Lei 9.049/80. Esse artigo trata das subdivisões dos corredores de uso especial Z8CH1, o parágrafo primeiro trata do que se aplica aos corredores de uso especial Z8-CH1 e seu inciso II elenca os estabelecimentos e atividades permitidas. A letra "d" que se acresceu ao estabelecido terá a seguinte redação: pré-escolas, escolas de I e II graus, desde que o número de alunos não ultrapasse 150 em todo os seus cursos e cuja área de construção não ultrapassar 500 metros quadrados.

A Sra. Ana Maria Quadros - Alguém quer fazer uso da palavra.? (Pausa.) O próximo é o 205/96, de autoria do Vereador Zenas Pires, altera normas de uso e ocupação de solo em trecho situado no Morumbi, Rua Vicente Fecla com a Rua Rubens do Amaral e dá outras providências.

O Sr. _____ - O PL 205/96, de autoria do Vereador Zenas Pires, altera o perímetrox da zona de uso Z1014 zona de

Folha n.º 10 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
			1			

DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA
DT. 10

SEM REVISÃO

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA,METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE.

Presidente: Sr. Vereador Emílio Meneghini

Membros : Srs. Vereadores

Aldaíza Sposati

Bruno Feder

Faria Lima

Tereza Cristina de S.Lajolo

Ana Maria Quadros

Audiência Pública realizada no Auditório Ver. Antonio Sampaio da Câmara Municipal de São Paulo em 29 de maio de 1996.

Solicitante: Sr. Vereador Emílio Meneghini

(Memo nº 01/96 -C.P.U,M.M.A.)

Folha n.º 11 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

de. Lamentável, ele demorou para seguir, mas já está na segunda discussão e vai seguir em frente. Cabe-lhe razão nessa reclamação.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Queria cumprimentar o Vereador Edson Simões pela apresentação desse projeto. Ele visa proteger as crianças, jovens e até adultos, ~~xxxxxxxx~~ mas, principalmente crianças, porque fala em play-ground, e até o início da juventude que podem utilizar esses brinquedos. Acho que realmente é uma loucura quando a gente vê até em escolas, que têm uma legislação específica isso aqui semdo descumprido. Parabéns.

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - O Item seguinte, que é o 1.373/95.

O SR. _____ - O estudo é do nosso assessor, engenheiro Felipe. "Projeto de lei 1.373/95, de autoria do Vereador Jooji Hato, que exclui o trecho da rua Groelândia , compreendida entre a rua Atlântica e avenida Brigadeiro Luiz Antonio da zona de uso Z-1, que passará a compor a lista de trechos de logradouros especiais pertencente ao corredor de uso especial Z-8-CR1-1.

Justifica o autor que a zona Z-1 é muito restritiva e hoje, pela situação atual do local está totalmente descaracterizada pelos usos existentes. Assim sendo, a propositura da mudança de uso regularizará alaguns usos já instalados na região".

Folha n.º 12 do proc.
N.º 56 de 19 96
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X29	3	Marcelo	Aud.Pública	29.05.96		

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - Alguma observação?

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Esse projeto é o mesmo seguinte, que é de minha autoria, é o 1.567 que estou retirando pelo seguinte: há alguns lugares que têm sentido você colocar e alterar corredores, mas há outros lugares que não têm sentido. No caso da rua Groelândia, se se descaracterizar a rua Groelância você descaracteriza toda a região. É por esse mesmo motivo que estou retirando no dia de hoje o Projeto de lei 1.567, que é o logo seguinte, porque emboraesteja.... Quando chegar no seguinte eu falo. Mas acho que ao colocar essa alteração que o Vereador está propondo, colocar corredor, que em algumas regiões até merecem, nessa aqui, que é um corredor em relação ao trânsito, vai mexer nessa região e aí vamos alterar toda outra região que é específica Z-1. Então acho que deveria ser preservada. Então essa é a minha palavra contra e sse projeto.

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - A nobre Vereadora deixa claro que requer a retirada do projeto? Qual é o número?

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Esse não é o meu. O meu é o seguinte.

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - Nós estamos nos ocupando do Projeto 1.373. Alguém tem algo a colocar? (Pausa). Vamos para o proejeto se-

Folha n.° 13 do proc.
N.° 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X29	4	Marcelo	Aud.Pública	29.05.96		

guinte, xxx esse sim, de autoria da nobre Vereadora Ána Maria Quadros.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Esses dois projetos vou retirar porque são dois projetos que estive discutindo com os moradores do bairro, que me procuraram, assim como têm pessoas querendo a alteração, tanto do 1.373 como do 1.567. Mas fui procurada por vários moradores do bairro, que têm uma luta grande. Talvez a gente possa ter outras medidas que ajudem a sanar essa região. Então, por isso,estou retirando esses doi s projetos, tendo em vista que eles são profundamente polêmicos, embora essa do 1.567 caracteriza, o 1.568 também, há uma luta grande dos moradores do bairro ainda para preservar essa região, porque alterando essa região vai alterar todo o xxxxx contexto. Então estou retirando esses dois projetos, tanto o 1.567 como o 1.568. Vou fazer o xxxxx pedido por escrito.

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - Item seguinte. A Vereadora também retirou o projeto?

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Pensando melhor, uma vez que fui informada da presença de x moradores interessados nesse projeto, o 1.568, vou deixar, não vou retirar o projeto da rua Canadá, retiro só o outro, da Nove de Julho. Eu pedi até aos moradores da rua Canadá

Folha n.º 14 do proc.
N.º 56 de 19 96
O funcionário 13

que viessem e que nos trouxessem. Inclusive, eu pediria ao Sr., já havia pedido para outra pessoa, que me trouxesse tudo por escrito.

Então, eu não tiro o 1.567 e gostaria que o Sr. falasse. Porque eu fui procurada por moradores de lá e eu pedi só que me tragam os abaixo-assinados. Então, eu fico com o da R. Canadá e tiro a da parte debaixo.

O SR. _____ - Eu moro na R. Canadá há muitos anos e é impossível morar-se lá, porque tem brecadas de ônibus, sinaleiro em frente da minha casa, trombada, gritaria, tudo ali. Quer dizer, descaracterizou totalmente o uso residencial. Então, eu moro lá de teimoso, porque não tem outra saída. Acho muito bom o seu projeto e vários vizinhos meus também acharam ótima sua idéia.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI _____ - Eu vou pedir ao Sr., então, que me traga por escrito de todos os moradores. Eu queria esclarecer: eu fui procurada pelo presidente da sociedade amigos de bairro de lá, dizendo que, se alterasse o zoneamento, alterasse a passagem do ônibus, se resolveria o problema dos Srs.?

O SR. _____ - Eu moro lá há 25 anos.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	O ORADOR	CONST. APARTE
X-30	2	Vera	audiência pública	29.5.96		

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Há 25 anos que passa o ônibus. Então, eu não tiro o 1.567. Continua em discussão. Eu gostaria que o Sr. me trouxesse o abaixo-assinado de todos os moradores, solicitando alteração.

O SR. - O trecho da Sra. é entre a Praça das Guianas e a Av. Brasil?

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Isso. É entre a Av. Brasil e a Praça Nicolau Scarpa, que pega aqueles dois quarteirões.

O SR. - Todo mundo que mora ali, já não agüenta mais.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Eu vou deixar o da R. Canadá. Nós vamos ter que sentar com a comunidade dali, que está meio brava. Hoje me ligou o presidente, dizendo que assim a gente descaracterizava toda a região, que eles têm uma luta de anos. Eu falei: está bem, então, vamos sentar juntos e discutir.

O SR. - A Sra. sabe que descaracte-

Folha n.º 16 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

rizada já está faz tempo.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Porque é corredor. Inclusive, o pessoal usa, escondido, mas usa para fins comerciais.

O SR. - Descaracterizado que eu falo como residência. É um inferno morar ali, é trombada, briga, todo dia ali.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Eu agradeço. Eu não retiro esse, deixo para discussão. Eu retiro o seguinte.

O SR. - Apenas para orientar as notas taquigráficas, eu queria dizer que o PL 1567/95 entrou em audiência pública, de autoria da Vereadora Ana Maria Quadros. Altera as normas de uso e ocupação do solo entre os trechos da R. Canadá, situada no Jardim Paulista e dá outras providências.

O SR. - Nobre Vereador, nós estamos recomendando, se o nobre Vereador concordar, uma nova audiência pública

Folha n.º 17 do proc.
N.º 56 de 1956
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONC. APARTE
X-30	4	Vera	audiência pública	29.6.95		

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Esse da R. Canadá, tudo bem. Agora, o 1568 eu vou retirar. Tem alguém presente do 1568? Eu acho que não há necessidade desse, porque nós vamos sentar, já que eu fui procurada pelo presidente da sociedade amigos do bairro, com todos os moradores da Canadá, pelo menos, com os representantes dos abaixo-assinados. Então, ele continua em pauta. É a segunda audiência?

O SR. _____ - Então, tramitação normal.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Eu vou tirar o 1568, da 9 de Julho. Tem alguém presente aqui?

O SR. _____ - Vereadora, apenas para registrar da questão formal, não seria conveniente que o 1568 entrasse na 2ª audiência pública? Porque, caso a Sra. decida não retirar, ele já cumpriu o prazo.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Mas é que, do 1568, eu conversei hoje com vários moradores, que me ligaram, e a gente vai discutir. Eu acredito que não haja necessidade de ele continuar. Ele já está publicado na

Folha n.° 18 do proc.
N.° 56 - 96
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X-30	5	Vera	audiência pública	29.5.96		

audiência. Então, a gente mantém a praxe.

O SR.EMILIO MENEGHINI - Vamos para o projeto seguinte: 007/96.

(falas fora do microfone)

O SR. EMILIO MENEGHINI - Vamos, então, prosseguir na apreciação do 1568. Depois, voltaremos ao da Groenlândia.

O SR. - PL 1568/95, de autoria da Vereadora Ana Maria Quadros. O projeto altera normas de uso e ocupação do solo em trechos da 9 de Julho, compreendidos entre a R. Turquia e a Praça Arthur de Andrade Filho, no Jardim Europa, distrito de Pinheiros. Passará esse trecho a integrar a lista de trechos e logradouros públicos pertencentes ao corredor de uso especial Z CR-1.1, que integra o quadro 8J anexo à Lei 9.511/81.

À SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Esse da Vereadora Ana Maria Quadros, o pessoal me procurou hoje, porque é aquele trecho da 9 de Julho, onde

Folha n.º 11 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X-30	6	Vera	audiência pública	29.5.96		

a parte de cá é comercial e a outra parte não é, quer dizer, é às vezes de forma escondida, porque poderia alterar. Então, os moradores estão muito aflitos, porque foi uma luta de anos, para manter aquela zona intacta. Então, por isso que eu digo que esse eu retiraria por enquanto, porque há uma discussão muito grande e eu não sei se nós precisaríamos manter a praxe da outra audiência pública com ele.

O SR. EMILIO MENEGHINI - [illegible]

KPOGRAF

Folha n.º 20 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A-18	1	Marcia	Aud.Pública	29.5.96		

O SR. _____ - O mínimo que a legislação obriga é a realização de duas audiências. Pode-se fazer mais.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Mas é que se eu vou retirar, depois eu represento. Se o pessoal achar que há uma nova, eu vou retirar.

O SR. _____ - Porque não havendo a necessidade de modificação do projeto, Vereadora, na sua avaliação por moradores, o projeto já seguiu o trâmite das duas audiências, ele pode seguir celeremente.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Então esperamos a segunda realização.

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - De acordo, Vereadora?

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - De acordo.

Folha nº 21 do proc.
Nº 56 de 1956
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A-18	2	Mardia	Aud.Pública	29.5.96		

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - Então vamos para o item seguinte, que é o 007.

O SR. _____ - O PL 007 é de autoria do Vereador Murillo Antunes Alves. O estudo da assessoria do projeto dá o seguinte resumo: "Altera zonas Z-1 para Z-8CR2, corredor especial, o trecho da Rua João da Cruz Melão, compreendido entre a Av. Giovanni Gronchi e a Rua (?) Abdala, no Jardim Leonor." O autor justifica que o trecho do lagradouro em questão situa-se em frente ao estacionamento do Estádio do Morumbi, e duas a três vezes por semana é utilizado pelos torcedores dos jogos. A área é também utilizada como estacionamento por construtoras e por ônibus turísticos, e uma vez por semana torna-se palco de feira livre. A grande circulação de veículos e a vizinhança de todas essas outras atividades afastam as atuais características do local das inerentes a uma zona de uso estritamente residencial. O Vereador anexa à justificativa carta de sete proprietários de imóveis daquele trecho solicitando a alteração. Observação sobre (?): A Comissão de Constituição e Justiça elaborou parecer em que afir

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A-18	3	Marcia	Aud.Pública	29.5.96		

ma a legalidade da proposta e propõe substitutivo que adequou o texto do projeto de lei ao que prevê a Lei Orgânica do Município nos seus artigos 46, paráfrafo 2, alíneas "a" e "b".

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI - Quanto a essas alterações, existe algum morador aqui presente? Desse projeto, do Murillo Antunes Alves? Acho que é importante os moradores da região serem consultados. Não sei se, no caso, a Comissão pode enviar cartas para os moradores dessa região, ou pelo menos entrar em comunicação.

O SR. EMÍLIO LENEGHINI - Nós vamos colocar em discussão novamente o projeto 1.373, que trata de modificação de uso e ocupaçãom da Groenlândia. Parece que chegaram alguns interessados; está o microfone às ordens daqueles que quiserem fazer uso.

O SR. FERNANDO GERMAN - Meu nome é FErnando German, sou um dos moradores da Rua Groenlândia. Na verdade, nós fizemos aqui um abaixo-assinado só do quarteirão. Em pouco tempo, conseguimos quase que a totalidade. Alguns não foi possível, mas nós estamos

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A-18	4	Marcia	Aud.Pública	29.5.96		

sabendo que no nosso quarteirão, que vai da Rua Atlântica até a Polônia, praticamente só um morador não se manifestou. Os outros, é que moram no interior, têm as casas alugadas. Eu li o projeto do Vereador, em termos de legalização, porque já está sendo, na verdade, um corredor. Já é um corredor, tem placas, inclusive está uma pavimentação de tráfego pesado, o barulho não permite mais que as pessoas morem no local, não se consegue alugar as casas para uso residencial, e há uma clandestinidade muito grande. Então está havendo uma especulação imobiliária nesse sentido. A legalização para nós é muito boa. Nós temos aqui, assinados, quase 80% só do nosso quarteirão. Não foi possível fazer a Groenlândia inteira, que é uma rua muito grande e é igual, só que no sentido contrário, à Rua Estados Unidos, que já é um corredor há muito tempo.

Então viemos aqui, representando os moradores, Quanto ao meio-ambiente, que sei que é o problema que está mais em pauta atualmente, o bairro todo está tombado. Então, para cortar uma árvore é um... Portanto, o verde vai permanecer. O que nós queremos é que seja legalizado, mas se for mexer numa árvore é preciso conversar com o CONDEPHAAT, e na estrutura dos imóveis.

O que nós gostaríamos também, o que se reclama que está

Folha n.º 24 do proc.
N.º 56
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT/APARTE
A-18	5	Marcia	Aud.Pública	29.5.96		

provocando a desvalorização são os imóveis das ruas laterais. Mas ficariam com estacionamento, uma coisa mais comercial. É só pôr Zona Azul nesse Jardim. [redacted]

Folha n.º 25 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A19	1	Monteiro	Aud.Pub.	29.05.96		

Nós não queremos que se mexa no Jardim Europa, a Rua Groelândia já é um corredor. Pedimos, com veemência, que seja aprovado esse projeto, nós estamos realmente e bem interessados. Não é só o nosso quarteirão, trouxemos do nosso quarteirão essas assinaturas porque da rua inteira é difícil.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Os senhores entem o mesmo problema que os outros de outras regiões, quer dizer, ficam imobilizados, o imóvel fica sem nenhuma utilidade. É isso? Não serve para moradia...

O SR. _____ - Não serve para moradia, não conseguimos alugar para moradia e se se aluga para comercial vêm as multas e tudo mais. Então, o pessoal está saindo, temos muitos imóveis abandonados e isso está provocando também uma certa mendigagem no local, que também dá problemas.

Eu agradeço ao senhor.

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - Mais alguém quer falar sobre o mes-

Folha n.º 26 do proc.
N.º 56 de 19 96
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A19	2	Monteiro	Aud. Pub.	29.05.96		

mo projeto? (Pausa) Então, passemos agora ao item seguinte, que é o 0056.

O SR. _____ - O PL 56/96 é de autoria do Vereador José Viviani Ferraz. O estudo do assessor Daniel dá o seguinte resumo ao projeto: "Acresce a letra "d" ao inciso 2 do artido 19 da Lei 9048/80."

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Valeria a pena ler a eli.

O SR. _____ - Esse artigo trata das subdivisões dos corredores de uso especial Z-8 CR1 (?).

O parágrafo primeiro trata do que se aplica ao corredores de uso especial Z8 cr1.1 (?) e seu inciso segundo elenca os estabelecimentos e atividades permitidas. A letra "d", que se quer acrescer ao referido inciso terá a seguinte redação:

"Pré-escolas, escolas do primeiro e segundo grau desde que o número de alunos não ultrapasse 150 em todos os seus cursos e cuja área de construção não ultrapassar 1500 metros quadrados."

Folha n.º 27 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A19	3	Monteiro	Aud.Pub.	29.05.96		

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Gostaria que você pudesse ler o "caput" do artigo onde está inserida a letra "d", do artigo 19.

O SR. _____ - O projeto só está modificando a alínea, só faz referência ao inciso, mas posso procurar na lei.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - É. O senhor tem a lei aí, toda a lei? Gostaria de dar uma olhadinha na lei.

O SR. _____ - Tenho, Vereadora. (Pausa)

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Aí você acresce no corredor a possibilidade de ter escolas. Até então era prestação de serviços, mas pequenos estabelecimentos. Se joga para o corredor escolas e escolas altera, quem mora perto de escola, do lado ou em frente sabe que altera totalmente a vida da região. É uma mudança brusca. Eu seria contra porque quando se pediu ZR8 para algumas regiões, se pediu corredor, era apenas para pequenos estabelecimentos. Você acrescenta aqui escola porque Z1 já pode, por exemplo, ter es-

Folha n.º 38 do proc.
Nº 56 de 19 96
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A19	4	Monteiro	Aud. Pub.	29.05.96		

cola desde que haja o consentimento dos vizinhos, de todos os vizinhos.

Agora aqui você altera de pequenas prestadoras de serviço para existência de escola, dando uma alteração muito grande na região. Uma coisa é você poder ter só pequenos prestadores de serviços, outra coisa é você ter escola porque vem uma quantidade... você poder ter mil alunos numa escola, mil e tantos, se é de pré-escola a segundo grau.

Acho que a alteração é muito radical para determinadas ruas, que não comportaria isso. Eu pediria, se pudesse pedir, informações ao Executivo.

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - A nobre Vereadora requer audiência ao Executivo preocupada com...?

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Preocupada com a alteração, vamos mudar substancialmente porque uma coisa é você ter prestação de serviços, outra coisa é você ter escolas.

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - Deferido.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Eu gostaria também, já que estamos pedindo informações ao Executivo...

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - Vamos informar o relator, nobre Vereadora, [redacted] ao Executivo.

Folha n.º 30 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

a fim de que haja pedido de audiência ao Executivo.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI (PT) - Correto. Eu gostaria também de pedir informações ao Executivo sobre aqueles dois projetos de minha autoria. Já consultamos, mas penso que vale a pena, no 1.567 e no 1568, termos um estudo de todos os órgãos do Executivo em relação ao impacto ambiental, porque daí há um respaldo maior. Aliás, todos os que falam em alteração de zoneamento nessa sessão deveríamos pedir, não só dos meus, mas de outros, ao Executivo, que vem com toda a relação de impacto, problema do trânsito, etc.

Então, teremos uma avaliação com mais dados além daqueles que estudamos.

O SR. _____ - Providências convenientes, porque desce para o plenário limpinho.

A SRA. ALDAÍZA SPOSATI (PT) - É isso mesmo, porque, vejam, temos, em algumas regiões, nas alterações de zoneamento, posições contraditórias. Penso que, se viéssemos com estudos mais amplos, teríamos mais respaldo de todos eles. E aqui passaram não só os meus, mas dos

Folha n.º 31 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

outros autores. Teríamos, inclusive, uma avaliação de trânsito da CET, do impacto ambiental das mudanças e teríamos mais apoio de estarmos avaliando. Isso se o Sr. Presidente concordar.

O SR. EMÍLIO MENEGHINI (PPB) - Mais alguém gostaria de se pronunciar com relação a esse projeto?(Pausa.)

Então, passaremos ao item seguinte, que é o Projeto nº 205 de 96.

O SR. _____ - O PL 205/96 é de autoria do Ver. Zenas Pires. O estudo é do assessor Felipe Adalto, que dá o seguinte resumo ao projeto: altera o perímetro da zona de uso Z1, excluindo a área delimitada pelas ruas Vicente Feola, Rubens do Amaral, Padre Lebret e Com. Elias Jafet. Essa área é alterada para Zona de Uso Z3.

O autor justifica que o zoneamento como Z1 é muito restritivo permitindo pouquíssimos usos, estando grande parte da área em questão descaracterizada pelos usos lá instalados. A mudança irá regularizar alguns dos usos lá instalados, organizando o zoneamento para uma maior adequação da realidade local. A Justiça opinou pela legalidade.

Folha n.º 32 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A20	3	Anelise	AUDIÊNCIA P.	29.05.96		

A SRA. ANA MARIA QUADROS (PSDB) - Eu, como Vereadora, faria também pedido de estudos sobre essa região.

O SR. EMÍLIO MENEGHINI (PPB) - Este projeto, nobre Vereadora?

A SRA. ANA MARIA QUADROS (PSDB) - Também. Todos que forem de zoneamento devem vir com informações do Executivo, de todos os órgãos para que a Câmara possa ter uma posição mais ampla. Penso que isso vale para qualquer Vereador. Quando os moradores pedem qualquer alteração, nós trazemos aqui para discussão, para ouvir a região, para ouvir as entidades que defendem a região e também o Executivo, pois aí se tem um estudo mais amplo, não é mesmo?

O SR. EMÍLIO MENEGHINI (PPB) - Correto. Inclusive o 277, não é, nobre Vereadora?

A SRA. ANA MARIA QUADROS (PSDB) - É, eu gostaria que lessem o 277, pois os moradores vieram aqui.

O SR. _____ - O PL 277/96 é de au

Folha n.º 33 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

toria da Verª Ana Maria Quadros e a relatoria caberá à Verª Aldaíza Sposati. O estudo do assessor Irani dá o seguinte resumo ao projeto: altera zonas de uso Z1, zonas de uso estritamente residencial, para Z8 RI 11, corredor de uso especial, o trecho da Rua Joaquim Nabuco, compreendido entre a Av. Ver. José Diniz e a Rua Constantino de Souza.

A autora, Verª Ana Maria Quadros, justifica, dizendo que o crescimento do setor de serviços e comércio para atender às necessidades da população tem resbarrado no zoneamento atual, que tende a ser extremamente restritivo, não permitindo o desenvolvimento legalizado das atividades econômicas. Com as mudanças pretendidas, as atividades poderão ser desenvolvidas dentro da lei.

A Comissão de Constituição e Justiça elaborou parecer em que afirma a legalidade da proposta.

A SRA. ANA MARIA QUADROS (PSDB) - Eu gostaria de ouvir os moradores da região, que me procuraram.

O SR. JOSÉ LUIZ COELHO - Sr. Presidente, peço a sua licença para entregar à nobre Vereadora Ana Maria Quadros um abaixo-assinado com 100% dos moradores do referido quarteirão. Esse referido quartei-

Folha n.º 34 do proc.
N.º 56 do 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A20	5	Anelise	AUDIÊNCIA P.	29.05.96		

rão da Joaquim Nabuco, que vai da Ver. José Diniz até a Constantino de Souza, já há muitos anos está descaracterizado como residencial. Do lado direito de quem sobe a Joaquim Nabuco, há um restaurante ocupando, praticamente, 30% da rua, 30 metros. Na sua frente, do lado esquerdo, há um posto de gasolina com lava rápido e loja de conveniência aberta 24 horas, já ocupando praticamente 30% desse quarteirão. Os outros moradores, que são seis residências de um lado e seis residências do outro, sentem-se prejudicados, porque no segundo quarteirão, que não está incluído no projeto, já existe uma escola pública com todos aqueles inconvenientes que traz de movimento de trânsito, com leva e traz, automóveis, etc. Essa escola tem três períodos: manhã, tarde e noite. A aula da noite termina às 22h30min, com aquela balbúrdia, algazarra gostosa das crianças, mas que perturba os moradores.

Então, vemos com muito carinho o projeto da...

Folha nº 35 do proc.
Nº 56 de 1996
O funcionário

ROLÃO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A21	1	Carla	Audiência P.	29.05.96		

nobre Vereadora Ana Maria Quadros e 100% quer esta modificação do zoneamento de Z1 que já está descaracterizado há mais de 30 anos.

A SRª. _____ - Gostaria de dizer que esses moradores já estiveram, na gestão passada, com o mesmo pedido a outro Vereador, na gestão anterior.

O SR. PAULO FACIOLE - Meu nome é Paulo Faciole, sou morador da Rua Joaquim Nabuco e venho reforçar as palavras do nosso amigo Goelho.

A rua Joaquim Nabuco é uma rua tradicional do [redacted]Brooklin uma rua nobre, foi uma rua nobre. E 300 metros da Joaquim Nabuco é completamente comercial, um comércio limpo, ativo, de ótimo nível. Da nossa esquina em diante o comércio é proibido, continua simplesmente proibido, embora tenha o mesmo trânsito, ônibus, carro, fumaça, poluição. Então, não se justifica que apenas da nossa esquina em diante seja proibido e o resto seja liberado, um comércio legalizado há mais de 30 anos, e o nosso quarteirão não. Afinal, é o mesmo problema da rua GRoelândia. Em vez de querer residencial, nós queremos comercial, porque naturalmente os imóveis também perderam o seu valor. Não existe valor

Folha n.º 36 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
	2	Carla	Aud.Pùbl.	29.05.96		

comercial porque é proibido o comércio e não existe o valor residencial porque não tem valor residencial. Quer dizer, minha casa comprada há quarenta anos está completamente desvalorizada. Não se tem prazer de uma pintura, uma reforma, coisa nenhuma. Existem diversos imóveis semi-abandonados, justamente por este motivo. É uma coisa que não se justifica, só um quarteirão, com aquele trânsito, aquele movimento, sendo proibido o comércio.

Eu, por exemplo, não sou comerciante, nunca fui comerciante, resido ali há quarenta anos, gostaria que fosse residencial, gostaria de morar numa zona residencial. Mas não é mais residencial, então, não sendo comercial deveria ter um valor assegurado, pelo menos.

A SRª. ALDAÍZA SPOSATI (PT) - É interessante colocar que o grande drama, por isso que apresentei alguns, é o seguinte : como mantemos a qualidade do meio ambiente, a qualidade da cidade sem prejudicar os moradores, porque no caso deste quarteirão, no caso das outras duas que apresentei, os moradores estão se sentindo engessados pois eles não podem vender porque ninguém quer comprar o imóvel. Não podem alugar porque realmente descaracterizou.

[redacted] AGora, eu acho que se tomássemos como linha, não

Folha n.º 37 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A21	3	Carla	Ad.Pública	29.05.96	*	

sei o sr.Presidente, e solicitasse informações ao Executivo de todos, e não é tão demorado assim, vem com respaldo maior do impacto do meio ambiente, do problema do trânsito.

O SR. _____ - Como estou dizendo, por exemplo, a outra parte da Joaquim Nabuco, lá para cima, é plenamante residencial. Nós estamos solicitando a nossa quadra. A nossa quadra nunca mais voltará a ser residencial, só não é legalizada, mas é comercial, praticamente.

É esse o nosso pedido.

A SRª. ALDAÍZA SPOSATI - Foi nesse sentido que apresentei. INclusive para virmos aqui discutir como um todo, e dentro de uma linha geral para a cidade. Eu propus, quero esclarecer, estou repetindo para poder gravar, eu apresentei um projeto de CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito, para analisar todo o problema de zoneamento. Todos os problemas que haviam, por que foi desrespeitado, por que não se manteve. E muitas vezes sabemos que as regionais fizeram um descaso desses problemas nas diferentes regiões, não olhando e não mantendo.

É nesse sentido que trazemos aqui essa solicitação: tendo

Folha n.º 38 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

em vista [illegible] garantir a qualidade de vida, mas garantir também o direito de cidadania pois as pessoas não podem ficar prejudicadas.

O SR. _____ - Além do que o comércio ilegal prejudica. Se fosse o comércio legal a Prefeitura receberia seus impostos todos certos. Agora, quando é uma coisa comercial camuflada...

A SRª. ALDAÍZA SPOSATI PT - E o senhor ainda vive uma contradição porque muitas vezes a Prefeitura recebe os impostos devidos como comercial numa zona Z1. É mais grave ainda. Convive com esta contradição.

Mais algum orador?

O SR. DEONARDO FLEURIN - Meu nome é Deonardo Fleurin, também sou residente da Joaquim Nabuco, nº 310. Queria só reforçar o que os outros falaram e acrescentar [illegible] vários fatores. Em primeiro lugar, esse Colégio chama Mário de Andrade e compreende praticamente um quarteirão inteiro, logo após essa quadra que pretendemos que se torne comercial.

Outra coisa que quero salientar é que esse corredor já foi

Folha n.º 39 do proc.
N.º 56 do 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A21	5	Carla	Aud. Públ.	29.05.95		

utilizado de fato comercialmente, antes da lei do zoneamento. Então, é uma região que tradicionalmente já foi comercial.

Outro fator que não foi mencionado aqui [redacted]

[redacted]

Folha n.º 90 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

É sobre os inconvenientes. Temos na esquina desse bar que toda sexta-feira tem um sambão. Residir lá é inviável porque é barulho a noite inteira. Tem conjunto e tudo mais. Na frente temos esse posto 24h que a briga pessoas à noite que vêm beber, gritar, etc. Temos a Fabrica Lacta. O dia inteiro tem cheiro de chocolate. Temos lá vários problemas que tornam impossível usar como residência. Somos um cinturão dentro de uma area residencial, praticamente limítrofe. Temos vizinhos de trás, que fazem frente para a avenida Vereador Jose Diniz, são áreas extensas e já há comercio por trás, pela frente, dos lados e esse movimento até 10 horas, pessoas que saem às 10,300, vândalos, barulho, prostituição, que sempre tivemos na Joaquim Nabuco. Quer dizer, descaracterizou como residência. Eu não deixaria um filho meu olhar esse local para sua residência.

À noite, às vezes, dispara alarme de um estabelecimento comercial que não tem ninguém. Atrás ocupa uma área vasta. Esse ruído se distribui por toda quadra, para toda a região e passa a noite inteira e não tem ninguém para acudir. É um local comercial ha muito tempo, desde o princípio.

O SR. EMILIO MENEGHINNI - Mais alguem?

Folha n.º 41 do proc.
N.º 56 de 1996
O Taquígrafo

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A22	2	Adilia	audiência	2695 96		

O SR ANTONIO PEREIRA NETO - Sou morador da Joaquim Nabuco. o projeto da nobre Vereadora se refere tão-somente a uma quadra,mas o problema existe na rua inteira, não só na primeira quadra. A Joa - quim Nabuco já perdeu as características residenciais. Não se conse- gue nem vender ou alugar casa mais. O Trânsito é intenso, temos a zo na comercial na parte inicial, na parte final também. Temos o Super- mercado Peg & Faça, essa escola que tem trânsito característico de crianças e adolescentes, e é só abrir a lista telefônica de endere - ços para notar que na Joaquim Nabuco tem muitas casas de uso comer - cial.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - A extensão da rua toda?

O SR. ANTONIO PEREIRA NETO - Praticamente a extensão. Ha quatro anos foi feito um abaixo-assinado da rua inteira. Pegamos praticamente 95% e encaminhamos à CÂmara Municipal mas, infelizmente, não tivemos resul tado.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - O senho lembra para quem encami- na epoca?

Folha n.º 92 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A22	3	Adilia	Audiência	29 / 5 / 96		

O SR ANTONIO PEREIRA NETO - Tinha um cidadão cuidando das assinaturas. Faz cinco anos que eu quero vender ou alugar a minha casa onde moro há 25 anos e não consigo nem alugar nem vender.O trânsito é intenso. Aproveitando a informação do nosso prezado vizinho,a minha casa fica em um ponto altamente explorado por travestis e prostitutas. Tiroteio ali é toda noite, na Joaquim Nabuco com a República do Iraque. Aquela esquina é um ponto destinado a esses maus costumes.

A solução, permita-me a nobre Vereadora e os companheiros é determinar a Joaquim Nabuco como um todo. Ela é um corredor e, na minha humilde opinião, a lei, respeitando V.Exa., deve refletir a realidade social. Ela existe, é um fato concreto, não é uma pretensão exdruxula nossa. Quero sugerir à vereadora que, se possível, estruda sse o seu douto projeto acrescentando as demais ruas da Joaquim Nabuco.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Nós poderíamos, na solicitação de informaçãoes ao Executivo, pedir não só esse quarteirão mas também o resto da rua. A gente observa que a rua e extritamente Z-1. O senhor está colocando que alem desse quarteirão o senhor ka sente a

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A22	4	Adilia	audiência	29 5 96		

descaracterização da rua.

O SR. ANTONIO PEREIRA NETO - É só pegar a lista telefônica, na pate de endxereços da Joaquim Nabuco, que vai notar varias empresas.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Se pudesses pedir alem desse quarteirão um estudo da rua como um todo.

O SR ANTONIO PEREIRA NETO - Da rua como um todo.

A SRA ANA MARIA QUADROS - Ver o impacto ambiental, o transito. Ver o que a alteração de uma rua provoca no entorno. Para quem chegou depois, estamos pedindo de todos os projetos informações ao Executivo, do estudo da região.

O SR. _____ - Gostaria de transmitir aos senhores que fizemos uma pauta e ela começou e alguns presentes chegaram depois e têm a ver com algums projetos anteriores àqueles que estamos discutindo. Eu consulto...

A SRA. ANA MARIA QUADORS - Os moradores do Jardim Europa estão,presentes? Quem e do Jardim Europa?Com quem eu falei no telefo ne. So o

Folha n.º 44 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A23	1	dalva	Aud. Pública	29.05.96		

Explicando para o senhor; os projetos aqui colocados, qual deles o senhor vai falar? (Pausa) Quer fair sobre todos.

Vou dar um esclarecimento: pedimos informações ao Executivos de todos os projetos, porque que apresentei os quais com 100% de assinaturas dos moradores da rua. Eu sei da luta e a respeito profundamente em preservar esse pulmão verde da cidade.

Então nós estamos pedindo informações ao Executivo, e vamos discutir com os senhores em outras reuniões, que me coloco às ordens para discutir todas as soluções, inclusive que faça um estudo em relação ao trânsito, CET, impacto ambiental e aí teremos mais dados para estar enriquecendo a discussão.

O SR. MÁRIO ZARANTI RATEAN(?) -, Presidente da Sociedade Amigos dos Jardins, estamos nesta Campanha, por incrivel que pareça, extamente quando surgiu a lei do zoneamento. Enquanto não havia lei do zoneamento, não havia corredor, o bairro era tranquilo, não haiva invasão de espécie alguma, tudo era respeitado, mais depois que estabelecerão diversos corredores, começou uma verdadeira anarquia no Bairro Jardins. Todo mundo queria ganhar um pedaço e fazer uma loteria esportiva no nosso bairro. E com is-

KPOGRAF

Folha n.º 95 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

so o bairro vêm se degradando. A degradação do bairro começa; primeiro com a fiscalização que é inócua. Então se a fiscalização é inócua isso não justifica que se destrua todo o bairro. Esse pulmão verde que é tão importante para cidade, que deveria ser transformada numa zona, num segundo Ibirapuera, onde as crianças pudessem andar de biscicleta, patinar, jogar futebol e o bairro fosse respeitado e fechado, como ele era antigamente, mas isso cabe a Prefeitura, o importante é que a força do Legislativo deve obrigar o Poder Executivo a respeitar as leis, e não ir cedendo.As justificativas que existem é que na medida em que a lei não é respeitada, então vamos mudar e vamos aderir a desregulamentação O que nós estamos fazendo até hoje, é prestigiar quem não respeita a lei. Nós temos que fazer é o contrário. Se nós estabelecermos um Plano Diretor, e sse plano vêm sendo vilipendiado à cada instante e com isso acende uma fogueira num canto do bairro. Fizemos tombamento, não adiantou nada., porque também se comromperam Então a tendência da cidade, qual é? Vejam o seguinte: o Centro da cidade virou um caos. As lojas estão desocupadas e fechando as portas, os escritoórios estão fechando, porque a cidade virou um pandemônio, não se pode mais andar nas ruas que é assalta-

Folha n.º 46 do proc.
N.º 56 de 1995
O funcionário

do, porque é tamanha a quetidade de marreteiros que vendem produtos contrabandiados. Então é um contrabando aberto, sem fiscalização alguma, e o resultado: fogem para os bairros residenciais, esses escritórios, por falta de garantia. O Centro fica vazio, se fl fala muito em recuperação do Centro, mas não se faz nada...

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Existem projetos para a recuperação do Centro. Os mes mos já foram discutidos nesta COmissão e estão en damento na Casa.

O SR. MÁRIO ZARANTI RATEAN(?) - Veja bem! A senhora fala em recuperar o Centro, mas se não eliminar a causa, não vai se resolver nada, porque a causa é o bandidismo no Centro da cidade. A senhora não anda sem estar tropeçando em panos no meio da rua, cheios de muambas. Então o que queria levantar é o seguinte: nós devemos preservar essa àrea verde ou não. Este é o ponto grave da cidade. Se for permitido que cada um defenda um pedacinho, então nós estamos perdido. Então vamos acabar com tudo.

Folha n.º 47 do proc.
N.º 56 de 1956
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A23	3	dalva	Aud.Pública	29.05.96		

A SRA. ANA MAIRA QUADROS - O que o senhor coloca é profundamente importante. Nós temos aqui três projetos com relação aos Jardins; Rua Canadá, Av. 9 de Julho, Rua Gabriel MOnteiro da Silva entre a Av. Brasil e Estados Unidos, —— quero colocar aqui o porque apresentei esses projetos. Estou aqui na Câmara há pouco tempo. Toda minha vida dizia respeito a àrea da Educação. Estou répesentando àquelas pessoas que votaram em mim, da melhor maneira possível, garantindo o direito da cidadania e a qualidade de vida da cidade —— Os moradores colocam o seguinte: eles ficaram imobilizados porque suas casas perderam o valor de residência, e o valor comerciàl. Não podem alugar, porque são multados. Eu não apresentei ainda —— porque eu sei que precisamos aprender muito a nossa educação pública, há algumas cidades do Mundo que o pessoal mantém a caraceterística do verde, da residência e utiliza como é o caso de Londres, pudéamos estudar alguma coisa nesse sentido—— porque a nossa preocupação é se você faz isso deppis as coisas têm outro sentido. A pessoa descaracteriza o verde. Então por isso que a discussão demorou. [illegible].

KPOGRAF

Folha n.º 48 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A24	1	Paula	aud.pública	29.05.96	AnaMaria	

seria interessante que os senhores que já estão há anos nessa luta por essa região, apresentassem algumas propostas, por exemplo, com relação ao ônibus na Rua Canadá em relação à Avenida Nove de Julho quanto ao intenso trânsito daquela região.

Estou pedindo até os de minha autoria, embora já tenha estudado toda essa parte, informações do Executivo para ver toda essa parte de impacto. Nós teríamos que crescer para isso porque caso contrário ficaremos nessa briga.

O SR. _____ - O DSV é estadual, a Secretaria dos Transportes é municipal e ninguém se entende. Você fala com um que joga para o outro. Você fala com a parte municipal e o culpado é o DSV estadual e vice-versa. Nós não temos força e nem poder para chegar e exigir uma definição. A senhora, que é Vereadora, poderia MM encabeçar isso?

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Posso, com o maior prazer.

O SR. _____ - Se o problema é trânsito

Folha n.º 49 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário:

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A24	2	Paula	aud.pública	29.05.96		

[illegible] vamos mudar não só a Rua Atlântica. A Rua Bolívia tem um trânsito igual ao da Rua Canadá. Depois, a senhora tem as Ruas Guadalupe, Venezuela, Polônia, Inglaterra, Dinamarca, Alemanha - onde moro, o trânsito é insuportável - Cuba, França, México, Holanda, Portugal, Turquia, Bolívia, Argentina, Chile, Bermudas. Então, não é possível atender um trechinho de rua e deixar todos que sofrem do mesmo mal. É absolutamente injusto.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Então, nós temos que sentar e buscar um outro programa de trânsito para a região.

O SR. _____ - Exatamente.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Me disponho a sentar com os senhores e apresentarmos tanto para o DSV como para o CET propostas. O que queremos aqui é garantir a qualidade de vida e não haver prejuízo para o cidadão. Não tenho nenhum outro interesse nesta Câmara. Fui eleita assim e pretendo cumprir sempre esse papel.

O SR. _____ - Então, a senhora

Folha n.º 50 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

está de parabéns e acho que podemos trilhar juntos esse caminho.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Inclusive, estou pedindo um de minha autoria ao Presidente da Comissão para que peça informações ao Executivo em tudo. Como Vereadora posso pedir especificamente para determinada rua o número de veículos que passam e quais as possibilidades que a CET tem de fazer alterações. Agora, além de encaminhar isso, acho que poderíamos fazer um estudo em conjunto. Não há intenção de prejudicar o morador e descaracterizar um pulmão verde da Cidade.

O SR. _____ - Eu gostaria que a senhora aguardasse ára que pudéssemos fazer um estudo mais amplo do que fazer uma colcha de retalhos.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Eu ia retirá-lo de pauta, mas a pedido de alguns moradores presentes não vou retirar. Vou pedir informações ao Executivo. Enquanto eles estudam lá M nós estudamos junto também e vou apresentar aquilo que for melhor. Não haverá prejuízo para ninguém. Não tenho nenhum interesse que não seja o de trabalhar em função de dar uma boa qualidade de vida

Folha n.º 51 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A24	4	Paula	aud.pública	29.05.96		

para todos os cidadãos.

Mais alguém quer fazer uso da palavra?

Seria interessante o senhor pegar o microfone e se apresentar como morador da rua.

O SR. _____ - Quero dizer que a associação que está defendendo deveria ter se manifestado há mais tempo , por exemplo, quando colocaram os ônibus porque descaracterizaram o bairro. Por que naquela época eles não brigaram por isso? E, agora que já está tudo descaracterizado eles vêm atrapalhar. Não é possível isso. Estamos numa situação de fato que deixaram acontecer. Agora essa situação já mudou muito. Isso é o que eu quero colocar às associações que querem atrapalhar o seu projeto que é muito bom.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Acho que seria interessante eu ouvir porque o que sentimos aqui sentimos na cidade inteira. Eu poderia fazer como aquele animal que enfia a cabeça na terra não trazendo o assunto para discussão. Mas, acho que estamos aqui para resolver o problema da melhor maneira possível.

KPOGRAF

Folha n.º 32 do proc.
N.º 56 de 19 96
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A24	5	Paula	ud.pública	29.05.95		

A senhora diz o nome e de onde é...

Folha n.º 53 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A-25	1	Camilo	Aud. Púb.	29/05/96		

O SR. _____: A senhora poderia se identificar pelo microfone, por favor?

A SRA. CELINA ALAN DE PIERRE: .PL. 007/ de autoria do Vereador Murillo Antunes Alves, ~~reformando~~ alterando as normas de uso e ocupação de solo. nº Jardim Leonor A Rua João da Cruz Melão fica situada à bem em frente ao Estádio do Morumbi, só para vocês situarem o nosso problema .

De um lado, temos a Avenida Jorge Saad que sai do Shopping Butantã em direção ao Estádio do Morumbi. De outro lado temos a Av . Giovanni Gronchi , que também é um corredor comercial. A R . João da Cruz Melão fica exatamente no meio, onde seria a ligação entre a Av. Jorge Saad e a Av. Giovanni Gronchi , ou seja, é uma extensão desse corredor.

Em frente à casa de minha irmã, existe aquela praça que é utilizada, praticamente, como zona comercial . O que nós temos lá? Três vezes por semana há uma feira livre e a movimentação de caminhões começa pelas quatro horas da manhã. Nós temos estacionamento dos ônibus, tanto do Palácio dos ~~XXXXX~~ Bandeirantes como do Hospital Albert Einstein, com os ônibus parados na referida praça devido ao movimento do pessoal .

KPOGRAF

Folha n.º 54 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A-25	2	Camilo	Aud . Púb.	29/05/96	Sra . Ce lina	

Nós temos uma banca de jornal, que hoje não é mais . Hoje é praticamente uma loja. Além de jornais e revistas, vendem-se livros, refrigerantes, cigarros e miudezas em geral. Temos também uma floricultura, que antes era uma banca de flores e fizemos até projetos de jardim .

Não tem cabimento, numa Zona considerada Um, ter-se todo esse tipo de comércio. Sem contar, aquele tipo de comércio que todos vêem ao passar no Estádio do Morumbi :venda de churraquinhos,bandeiras, camisetas . Inclusive há um sanitário público que deveria ser ~~usados~~ utilizado pelos guardas, mas na realidade é moradia de pessoas que não têm onde morar .

Nessa situação, nós nos perguntamos: Como essa rua pode ser considerada Zona Um? É o mesmo problema da R. Joaquim Nabuco. Quer dizer, é uma rua onde o próprio ~~movimento~~ desenvolvimento espont âneo da cidade já caracterizou como uma zona comercial.

Eu , inclusive, moro na Zona Um, numa rua super tranqüila próxima à R. Joaquim Nabuco .

Só para sentir a discrepância, eu trouxe umas fotos para mostrar para vocês . Esta é a fota da minha rua, onde caracteriza a Zona Um, pelo fato das pessoas podem caminhar, ~~andar~~ passear com os cachor-

Folha n.º 55 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A-25	3	Camilo	Aud . Púb .	29/05/96	Srª Celina	

ros, podem empurrar seu carrinho de nen ê . Éuma rua tranqüila onde o comércio espontâneo ainda não chegou, o que caracteriza como Zona Um .

Eu também trouxe, só para efeito de comparação, as fotos da R. João da Cruz Melão, que também é ~~considerada~~ caracterizada Zona Um . O que vemos é a feira livre, os ônibus estacionados. Se observarmos as fotos, o estacionamento é proibido nos dois lados, para que seja facilitado o tráfego da Av . Jorge Saad para a Av . Giovanni Gronchi. Se existe essa previsão da Companhia de Tráfego, como pode-se considerar isso como Zona Um?

Da mesma forma que acontece com a R. Joaquim Nabuco, há todos os inconvenientes da nossa rua ser caracterizada como Zona Um. Quer dizer, o imóvel perde o valor comercial . Ninguém quer comprar uma casa lá para o uso comercial.

O que pleiteamos é que seja alterada a caracterização de Zona Um . Sou leiga no assunto, mas gostaria que essa rua fosse caracterizada da mesma forma que é Av . Jorge Saad, ou seja, um corredor comercial . Com isso, trará vantagens a todos os residentes e para todo o comércio que hoje já existe lá realmente . Alguém gostaria de saber algum detalhe?

XEROGRAF

Folha n.º 56 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A-25	4	Camilo	Aud. Púb.	29/05/96	Srª Cecília	

O SR. _____ - Se alguém quiser usar o microfone, fique à vontade.

A SRA. EVA FRIGÉRIO - Sou arquiteta e sou moradora no Jardim Europa. Pode parecer elitismo, querer defender o verde, mas acho que o verde de São Paulo não pertence só aos moradores do Jardim Europa. Pertence, a toda cidade de São Paulo. Nós estamos defendendo o verde não só para nós, mas para toda a cidade. Queremos que o verde se mantenha, ao evitar que certas vias se transformem em corredores comerciais, porque a degradação vai se espalhando. As pessoas acabam com o jardim e coloca-se pavimentação, cimentado, porque falta espaço para estacionamento de carros.

Eu já vi arrancarem árvores

[redacted]

Folha n.º 57 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

porque está impedindo o estacionamento ou a entrada de carros e a depredação é como se fosse uma lepra, vai comendo um pedacinho de cada vez.

As pessoas que estão nas ruas mais tranquilas acham que essa degradação não vai chegar até elas, mas chega sim, é só esperar um pouquinho. E também temos de pensar não só em nós mesmos, ~~xxxx~~ temos de pensar nas próximas gerações.

Então, esta Cidade tem de ser preservada para nós e para os nossos filhos, para ~~xixx~~ que eles possam andar tranquilos, para que eles possam ter uma qualidade de vida um pouco melhor e não permitir que a Cidade se degrade cada vez mais, porque isso não vai levar a nada.

Acho que este é mais um apelo nesse sentido. Muito obrigada.

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - Mais alguém? (Pausa.)

A SRA. _____ - Eu queria cumprimentar os nobres Vereadores pelo empenho que têm em melhorar as condições de

Folha n.º 58 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

vida nesta Cidade, mas gostaria de levantar algumas questões que me parecem um equívoco dentro dasse empenho em melhorar a qualidade de vida nesta Cidade.

Dentre essas questões que me parecem equivocadas estão as propostas hoje discutidas. E, no que se refere especificamente aos bairros Jardim Paulistano, Jardim América, Jardins em que eu resido há 40 anos, sou obrigada a dar, aqui, um depoimento em favor da qualidade de vida, qualidade de vida essa que deveria ser estendida a todos os bairros de São Paulo.

Não se justifica as zonas de periferia apresentarem esse aspecto desértico que conhecemos muito bem. Como educadora, conheço muito bem toda a região de São Paulo. A Ana Maria sabe, porque trabalhamos juntas muitas vezes. Lá é um deserto em que as pessoas estão sendo sempre empurradas mais para fora.

O que estamos assistindo hoje é o espetáculo de sempre que se oferece não só aqui mas em todas as cidades do mundo, que é uma pressão imobiliária constante. Essa pressão imobiliária é constante mas procura brechas e este é um momento muito delicado em que esta Câmara tem de estar realmente com

Folha n.º 59 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A26	3	Angela	Aud.Públ.	29.05.96		

todas as antenas ligadas, pois é uma época de mudança de governo e uma época, também, em que está em questão a Lei Orgânica que trata da urbanização da cidade, uma lei que manteve uma certa ordem durante algum tempo, mas está para ser discutida.

Temos aí, nestes 60 dias, a apresentação de uma lei orgânica nova que não foi discutida pela população, foi apenas apresentada rapidamente ...

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Só um aparte. É Plano Diretor.

A SRA. _____ - Estou insistindo na palavra "orgânica" por um motivo que vou voltar a falar.

Essa proposta foi apresentada de uma forma sorrateira. As entidades receberam o comunicado com carta postada em data diferente da data que está na carta, justamente para que elas não estivessem presentes. Foi discutido com técnicos, com pessoas que vieram de Nova Iorque, Chile, enfim, grandes técnicos, mas não foi discutido com a população.

Então, a Câmara precisa estar muito atenta a isso.

XPOGRAF

Folha n.º 60 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A26	4	Angela	Aud.Públ.	29.05.96		

Voltando à palavra "orgânica", eu queria lembrar que quando se refere ao zoneamento ao invés de se usar a palavra "orgânica" usa-se a ~~palavra~~ expressão "malha urbana", usa-se a ~~palavra~~ expressão "textura urbana". Por quê? Porque ela exige uma organicidade que interessa a todos os moradores. Uma situação depende da outra. É uma questão de ~~x~~ equilíbrio urbano.

O que estamos vendo é furos, rompimentos nessa malha urbana e no momento em que se rompe a malha urbana a malha, como textura, se rompe inteira. Acho que a nossa língua brasileira é muito rica nessas nuances e por aí estamos vendo. Trata-se de um campo minado e quando se pensa em ~~xxxxxxx~~ atuações pontuais os nossos Vereadores têm de lembrar que ~~xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx~~ na medida em que pensam estar apoiando os moradores estão colocando minas em determinados pontos da cidade. É uma guerrilha urbana, numa época de mísseis. É isso que eu quero dizer.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Eu queria responder dizendo, por mim, o seguinte: quando eu apresento um projeto de lei, embora eu entenda bem a linguagem da Miriam quando ela diz que me-

Folha n.º 61 do proc
N.º 56 de 1996
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A26	5	Angela	Aud.Públ.	29.05.96		

xeram num ponto que está alterando, existem várias maneiras de agir. Uma delas é a de trazer aqui para a audiência pública e discutir com a população o que está acontecendo, procurando o consenso, procurando a melhor solução.

Se eu propus uma CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito para discutir o zoneamento era porque se aprovada por esta Câmara estaríamos em todos os bairros discutindo com todos, com as entidades, com os moradores, enfim, com todo mundo, para procurar as melhores soluções, inclusive para exigir uma fiscalização correta que não é feita há anos.

Agora, qual o susto que ocorreu? [illegible]

Folha n.º 62 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A27	1	LUIZ CARLOS	AUD. PÚB.	29.05.96		

Essa fiscalização que nunca foi feita, não sei por que motivo - posso até supor -, ela foi feita a partir do início do ano ou do final do ano passado, em cima de alguns moradores de determinadas regiões. Porque, veja, se esse Sr. Prefeito entrou a três, quase quatro anos atrás, desde a sua gestão inicial tinha que ter tomado as medidas providenciais, só que a CPI que eu coloquei não foi votada. Tenho um outro projeto de lei para estudar o bairro, caso de Higienópolis e Pacaembu, como um todo. Também não foi votado. Então, ao trazer casos pontuais, não é para descaracterizar o bairro, mas é para trazer a discussão e termos maior pressão para exigir aquilo que é melhor para a cidade. Quero deixar claro porque, se outros têm outras intenções, quero colocar aqui as minhas. Agora, é o seguinte: não podemos mentir para ninguém. Quando estamos pedindo, hoje, aqui, e o Sr. Presidente da Comissão aceita pedir informações ao Executivo, é para termos todas as informações de impacto na região.

Outro problema é o seguinte: e queria esclarecer aos senhores: o zoneamento, nesta Casa, na Câmara, vota-se duas vezes ao ano, uma primeira e uma segunda vez. Agora, temos também, aí, o problema das operações interligadas, que já é aprovação da Câmara e que, muitas vezes, a pessoa consegue na CLMU, a discussão e uma operação integrada (?) em um bairro de zona um, quero cha

KPOGRAF

Folha n.º 63 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

mar a atenção para isso também.

Outra questão é a seguinte: para votar, é preciso ter a maioria dos Srs. Vereadores. Se não tiver a maioria, não passa. O fato de estarmos discutindo aqui, não estamos descaracterizando bairro algum. Agui é, realmente, o local para se discutir os problemas da cidade. Não podemos fazer como o bicho avestruz, que enfia a cabeça e nega os problemas. Isso não! Isso eu jamais faria na minha luta política aqui nesta Câmara. Então, veja bem, pára votar é muito difícil. Agora, existe um projeto do Executivo - eu queria chamar a atenção -, e até o temos disponível aqui, e há algumas ruas neste projeto. Este projeto do Executivo, aliás, quase todos do zoneamento, que são de alguns partidos do Executivo, foram retirados, mas eles poderão ser aprovados, apresentados a qualquer momento. Temos aí o dia três de outubro e é provável que, depois de outubro, esse projeto, a qualquer momento possa ir para discussão e, aí, quero dizer que o Executivo tem a maioria nesta Casa. Não é o do meu partido, não é o PSDB, não é o PT, não é o PCdoB, não são alguns Srs. Vereadores de outros partidos, que poderão até votar contra, mas tem a maioria. Quero chamar a atenção que são duas lutas: uma é a nossa luta aqui, discutindo abertamente, estudando, propondo e chegando a uma melhor solução, porque, se tivermos outra solução melhor, que atenda a todos

Folha n.º 64 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

os moradores, eu até retiro os projetos, não há problema algum, mas devemos ter uma solução que atenda a todos. Não dá para beneficiar alguns e prejudicar outros.

Agora, para votar, é preciso ter a concordância das lideranças dos partidos, se não, não se vota nada nesta Casa. Estou só colocando para não enganar ninguém também. Nós já temos falado isso em todas as audiências públicas. Só queria dar esses esclarecimentos.

O SR. _____ - Gostaria que todos ouvissem, eu falava aqui com a assessoria o seguinte: na Casa tramita um projeto, de autoria do Sr. Prefeito, com relação ao Plano Diretor, e, anteriormente, uma Comissão desta Casa apresentou um trabalho grande com relação ao Plano Diretor que tramita também, e vamos ver o que sai daí, e só tem que sair coisa boa, com a presença de vocês também.

A SRª _____ - Eu também fiz parte dessa Comissão.

É, a presença da população é muito importante, porque, se não, vão passar coisas aqui que nenhum de nós concorda.

Folha n.º 65 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A27	4	LUIZ CARLOS	AUD. PÚBLICA	29.05.96	Isaura Parente	

A SRª ISAURA PARENTE - Bom dia. Sou da Secrdtaria do do Planejamento. Cheguei um pouco atrasada, pois soube agora. O negócio é o seguinte: quando você colocou sobre a importância de estudarmos a cidade do ponto de vista tanto da rua, do quando se sai de casa e como também vê essa relação da rua com toda a cidade, é importante. Essas questões são colocadas que deveriam ser discutidas no Plano Diretor. Agora, todos os projetos de lei que nós vemos aqui, que hoje estão na pauta, são para alterar o zoneamento que á, atualmente, Z1, que são as zonas estritamente residenciais do município, que são zonas de moradia.

No município temos cerca de 5% das zonas de moradia, colocadas como estritamente residenciais. Essas zonas, em sua origem, eram loteamentos que o setor privado fazia e colocavam restrições contratuais nesses loteamentos, tipo assim: recuos, usos permitidos (só residenciais), taxa de ocupação e coeficiente de aproveitamento. O zoneamento, quando veio, em72, colocou que achava importante estruturalmente para a cidade, apesar de, num momento anterior, desde 34, existirem bairros estritamente residenciais -, colocava o seguinte: é interessante para a didade. A cidade concorda, em seu conjunto, com essa zona de moradia, na preservação dela. E, no decorrer do avanço da urbanização, ela é mais intensa. Essas zonas, apesar de serem

Folha n.º 66 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A 27	5	LUIZ CARLOS	AUD. PÚBLICA	29.05.96	ISAURA	

só de moradia, como fuhção básica, como função primeira, elas começaram a ter uma outra função que, no final, falamos como zonas, como [redacted]

[redacted]

Folha n.º 67 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A23	1	Idelci	Aud.pública	29.5.96		

As áreas que só se conseguiu preservar como áreas verdes, porque não tivemos grandes desapropriações, grandes parques na cidade. Não temos esse tipo de iniciativa. Dentro dessa atual urbanização intensa e da forma como se está urbanizando, que é através do carro na maior parte, não conseguimos ainda reverter o processo, dando prioridade de implantação efetiva ao transporte coletivo, de massas. Essas zonas, além de serem pulmões verdes, são válvulas de descompressão do sistema viário; estão estrategicamente localizadas no município, porque estão em zonas muito densas. Por exemplo, os Jardins estão entre Cerqueira Cesar e Itaim. Na Lapa há áreas de grande densidade; xtoda a zona Sul, Santo Amaro, área do Brooklyn, são áreas muito densas e elas servem mesmo como saída para o sistema viário, porque não temos um sistema de transporte coletivo. Ainda não conseguimos, apesar de o Plano Diretor colocar como prioridade o transporte coletivo, ainda não conseguimos implantar efetivamente um transporte de massa. Portanto, essas áreas têm também esse tipo de utilidade. Fora isso, há a questão do próprio traçado das vias, que às vezes não têm desenhos retos; são desenhos curvos, às vezes em topografia acidentada, onde não é interessante uma diversificação de uso. Em 72 o zoneamento achou que era interessante para a Cidade, preservar isso. Temos feito o quê? Diversas vezes foram feitas avaliações desse zoneamento. Em 81 houve uma grande avaliação em que se verificou a importância dessas zonas, admitindo-se a necessidade de zonas de transição entre as zonas estritamente residenciais e essas de alta densidade.

KPOGRM

Folha n.º 68 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A23	2	Idelci	Aud.Pública	29.5.96		

Nas chamadas zonas de transição os corredores de tráfego foram implantados em maior número. Temos aqui algumas propostas de zoneamento que colocam o zoneamento em corredores de tráfego que são muito densos para as avenidas. Surge aí então o primeiro conceito: será que deveria mesmo passar para comercial, para serviços? Ou será que para a cidade como um todo, apesar de todos os problemas de tráfego, não seria interessante manter essas zonas como estritamente residenciais? O nosso parecer em geral é de não concordância com essas alterações de zoneamento. Achamos muito importante essas zonas serem chamadas de operações interligadas; mesmo na operação interligada não é permitido em Z-1.

A Sra.Ana Maria Quadros - Veja só o que aconteceu numa rua estritamente de Z-1. Numa rua fechada, particular, apenas uma casa foi alterada para zona comercial. Estou citando esse fato e chamando a atenção porque às vezes há alguns escapes. Só uma casa. O pessoal está bravíssimo e com razão.

A Sra. _____ - Mas isso é porque a Câmara aprovou.

A Sra. Ana Maria Quadros - Não; esse não.

A Sra. _____ - Então não sei como, porque na le-

Folha n.º 69 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A23	3	Idelci	Aud.Pública	29.5.96		

gislaçao não pode.

A Sra. Ana Maria Quadros - O fato foi apresentado; apenas uma casa...

A Sra. _____ - Pela legislação não é permitido mudança de zoneamento em Z-1. Agora, há outra questão em que ~~xx~~ temos que evoluir, que é no tocante à fiscalização. Por exemplo, a lei de anistia. É feito um trabalho de zoneamento de toda a cidade. Aí vem a lei de anistia e permite o que não era interessante para o todo da cidade. Está certo?

A SRa. Ana Maria Quadros - O que os cidadãos estão apresentando são situações de fato, que é preciso reverter. Veja: na medida que coloquei ~~xxxx~~ aqui uma CPI e ela não é aprovada, não temos as condições que a CPI teria; apuraria a responsabilidade e puniria aqueles que levaram dinheiro nessa situação. Seria feita uma discussão da cidade como um todo e se garantiria uma fiscalização; pelo menos ~~xxxxx~~ tornaria público para a cidade inteira, para todo mundo, em cada região, o que é e o que não é. Mas não foi aprovada. Quais são os instrumentos que temos? No caso dos Jardins, por exemplo, se se fizer o pe-

Folha n.º 70 do proc
n.º PA 556 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A28	4	Idelci	Aud.Pública	29.5.96	A.M.Quadros	

dido, para a CET, de um reestudo de toda a região. Já tenho mandado o pedido, em relação a alguns lugares; a resposta é que não há outra saída, a não ser esse caminho; de todos esses estudos feitos. Então voltamos à estaca zero.

A Sra. _____ - Aí é que está. Acho que a cidade não depende só da CET, porque a cidade não é só ~~xxx~~ tráfego; a cidade também é moradia, é trabalho.

A Sra. Ana Maria Quadros - Veja bem, nos locais em que a população tem levantado o problema, é porque ficou prejudicada por causa do tráfego. É o caso de todos os senhores, aqui no primeiro...

A Sra. _____ - Acontece o seguinte: acho que temos de trabalhar na questão do conceito; o que é melhor, onde se ~~xx~~ quer chegar e como se vai chegar. Porque se conseguirmos entender o quê, o onde e o como, vamos encontrar várias formas, inclusive para ter-se até uma zona ou a manutenção dela, colocar transporte, está certo?

A Sra. Ana Maria Quadros - Quero frizar que esta Comissão

Folha n.º 71 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

se destina a fazer esse estudo; esse é o papel dela. Hoje foi apresentada a questão da região dos Jardins; ~~xxxxx~~ foi apresentada a referente a Higienópolis e Pacaembu em outro dia, assim como a região referente ao Brooklyn. Temos que sentar, estudar e apresentar um projeto. Não podemos ficar coniventes com essa situação; não tentar resolver a situação de ninguém.

A Sra. _____ - Acontece o seguinte: nós da ~~Sxxx~~ Sempla...

A Sra. Ana Maria Quadros - Estamos pedindo todas as informações para o Executivo..

A Sra. _____ - Era isso que eu ia colocar.

A Sra. Ana Maria Quadros - O Sr. Presidente aprovou para que de todos os projetos se peça estudo para o Executivo.

A Sra. _____ - Perfeito.

O Sr. _____ - São seis projetos; estão a caminho de vocês.

[redacted]

KPOGRAF

Folha n.º 12 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A29	1	beth	aud. públ.	29.5.96		

A SRA ANA MARIA QUADROS - Todos os projetos de hoje e da sessão passada - pedimos - sejam encaminhados ao Executivo. Que aí viria com todos os estudos, toda a abrangência enquanto nós vamos fazendo com a população os estudos necessários. Estou colocando isso embora seja necessário e tenhamos estudado com a assessoria em particular é importante estar discutindo porque no projeto do Executivo existem algumas ruas das quais existem muitos problemas e têm grande possiblidade de passar com os votos que vocês têm na Casa. XXXX Estou falando isso para que não sejamos ingênuos. Temos de fazer pressão, o que for o melhor resultado.

A SRA _____ - O que for mais adequado para a mudança de zoneamento. Colocamos aqui, inclusive os de minha autoria, peço ao Presidente que vão todos ao Executivo com pedido de informação. Até vale para todos os projetos da Comissão, em relação ao zoneamento. Poderíamos tomar uma atitude como essa.

O SR _____ - Podemos informar mais. Há tramitando na Casa inúmeros projetos que mexem com zoneamento. Nossa proposta, aliás foi minha, na ocasião, formar uma comissão para receber todos os projeto_s que tratam de zoneamento, para que recebam a atenção de uma comissão específica XXXXXXX com o Executivo e com

Folha n.º 73 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A29	2	beth	aud. públ.	29.5.96		

a população. Vamos chegar a um concenso, ou próximo a um consenso.

A SRA ANA MARIA QUADROS - Enquanto isso vamos pedidno para que sejam feitos os estudos.

A SRA _____ - O zoneamento sempre vem a partir de diretrizes e objetivos básicos. Acho que nessa questão o problema é termos um consenso.

- Vários oradores falando ao mesmo tempo.

A SRA ANA MARIA QUADROS - Como representantes da população nós garantimos que não prejudique o cidadão. Nossa função é preservar o que é bom para a Cidade. Não podemos prejudicar que sejam 50, 100, 200 ou 300. Temos que ter uma solução que seja de consenso.

A SRA _____ - Acho que todo o morador, não é só do Executivo e nem do Legislativo, como morador, cidadão temos de ter em mente esse tipo de questionamento. Temos de perseber o local e o geral. É um conflito.

A SRA ANA MARIA QUADROS - É a democracia, é a construção de consenso. É o consenso que não prejudica a qualidade de vida, que não põe uma camisa de força em determinadas pes-

Folha n.º 94 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A29	3	beth	aud. públ.	29.5.96		

ssas. Esse consenso, tanto é que teria um projeto de lei e não entrei pela dificuldade da educação do cidadão que era deixar todas as outras residenciais que mantivessem o que exige a lei de zoneamento. Mas que pudesse dar outros usos. Mas, dada a dificuldade de nossa educação pública e educação do social não apresentei pois em Londres, em cidades do primeiro mundo convivem. Não prejudica o pulmão verde da cidade e conseguem dar essas características. Dada a falta de educação pública da nossa população não apresentei. Seria uma maneira de não engessarmos o cidadão e ao mesmo tempo preservarmos a qualidade de vida. Estou aberta para estudar. Se pudermos apresentar e acho que a Comissão também, não é Vereador, e o que queremos é o melhor. Não podemos engessar uns...

A SRA _____ - Em todos os lugares do mundo também se vê áreas estritamente residenciais. A questão da cidadania não é fácil.

A SRA ANA MARIA QUADROS; - Mas há várias soluções. Quando se preserva a qualidade do prédio, a qualidade da área verde, e muda o destino do prédio sem machucar isso é uma maneira de ver.

A SRA _____ - Mas a entrada e saída de

Folha n.º 75 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

veículos, pessoas...

A SRA ANA MARRA QUADROS - Mas até com estudo para isso. Agora, não sei se estaríamos ainda no estágio de apresentar projeto desses. Eu já denho estudo e tenha até elaborado. Não apresentei para que discutíssemos a situação como um todo. Não será totalmente, de maneira alguma. Mas nessa discussão, para os objetivos da Câmara e da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente é fazer as audiências públicas onde garantimos a participação de todos eles.

A SRA _____ - Há outros países em que estritamente é extensamente utilizado. O extritamente residencial.

O SR EMILIO MENEGHINI - Obrigado pela participação

O SR MARIO BUSTINI - Sou engenheiro e neste momento venho como membro da Sociedade Amigo dos Jardins.NA primeira impressão gostaria de dizer o seguinte: todo o proliferar de projetos e de idéias espalhados em um ambiente deteriorado no sentido de que não há um sistema de controle e é como acontece no corpo humano. Quando acontece proliferações estranhas de sistemas não organizados há o câncer. O câncer leva à limitação de uma função ou à limitação da

Folha n.° 76 do proc.
N.° 56 de 1996
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A29	5	beth	aud pública	29.5.96		

vida. Particularmente sou contrário - reitero a manifestação do Dr. Mário - a intervenções parciais de problemas gerais. Por exemplo, mudar o zoneamento de uma ou duas ruas de determinado grupo ou determinado bairro significa furar o casco de um navio em determinado compartimento. O problema é que o navio é um todo como um bairro é um todo. Tem de haver uma lei. Se não existe tem de ser feita uma lei pela qual os problemas particulares de ruas sejam resolvidos no esquema geral de um bairro. É fundamental. Fora isso a proliferação sempre entram [redacted]

[redacted]

Folha n.º 77 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A30	1	valéria	aud.públ.	29.5.96		

os de fora que aproveitam, os aproveitadores. Mais uma coisa, nessa minha visão unitária do sistema, vejo que não adianta conservar os imóveis, o espaço, o verde, e mudar o destino, porque se mudar o destino muda tudo.

A SRA. ANA MARIA QUADROS (?) - Por isso que não apresentei.

O SR. _____ - Vou dar um exemplo: uma rua próxima da minha, a Prudente Correa, que desce da Faria Lima, houve uma invasão escondida do comércio. Resultado: à noite não há uma alma viva andando na rua. Antigamente, quando estava no bairro havia crianças jogando, na Pça Porongaba. O uso condiciona o ambiente, é uma simbiose total, não pode haver um ambiente sem uso. Como italiano, tenho o exemplo de Veneza: se não houver pessoas morando ali, não pode haver sobrevivência de uma cidade inteira comom museu. Fica um vazio. Então, o uso é fundamental.

Poderia até citar outro exemplo: quando a Espanha invadiu o Novo Mundo, bolou um sistema que era mandar primeiro os jesuítas para mudar as cabeças das pessoas; depois vinham os exércitos. Isso é uma velha piada. Agora, transferindo a imagem, o que está acontecendo e

Folha n.º 78 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

em algumas regiões, e especificamente nos Jardins, é que o trânsito é alterado e mesmo uma pequena alteração pode gerar enormes conseqüências.

O SR. EMÌLIO MENEGHINI - Sempre gera.

O SR. _____ - O problema de um bairro, de seu zoneamento, do trânsito, tem de ser tratado de uma forma uniforme pelas mesmas pessoas, com soluções coerentes e harmônicas. Caso contrário, vira bagunça, como diria o Boris, é uma vergonha, porque assistimos a absurdos. Moro na parte alta da R. Grécia e há um trânsito que invade vindo da Sampaio Vidal porque um trechinho da Mariane Correa que está entre a Gabriel Monteiro e a R. Grécia foi invertido há anos e permite uma descida de um número de carros inacreditável. Os aproveitadores trabalham no trânsito para gerar desgaste para justificar depois uma alteração de zoneamento. Isso é hipocrisia. O trânsito tem de ser regulamentado em níveis municipais e com projetos globais de zoneamento. Isso é o que queria dizer.

O SR. BIDIG(?) - Bom dia, sou da Gabriel Monteiro da Silva, comércio, porém não -invasor, no trecho da Av. Brasil e Estados

Folha n.° 79 do proc.
N.° 54 de 1995
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A30	3	valéria	adu.pull.	29.5.96		

Unidos. Muitas pessoas não estiveram aqui na última reunião, e, se me permitem, quero repetir algumas coisas que disse anteriormente. Primeiro, eu conheço a cidade de São Paulo desde 1948, quando tinha um milhão e 200 mil habitantes. A Av. 9 de Julho, na saída do túnel para baixo era uma larga e bucólica rua, com palacetes e senhoras dando até logo para os maridos de manhã que saíam com seus automóveis. A Faria Lima não existia, ninguém pensava em Marginais. Em 1948 o Aeroporto de Congonhas estava lá no interior. Quando chegávamos a São Paulo de avião, onde há todos os hospitais, antigamente os japoneses plantavam alface. Hoje são 19, 20 milhões, ninguém sabe se um milhão mais ou menos.

Aconteceu alguma coisa que ninguém previa e ninguém soube canalizar. A Cidade vive a própria vida e lamento que tanto a Prefeitura quanto a Câmara nunca chegaram na frente da Cidade. Não, a Cidade galopa à frente de todos os órgãos. Há fantásticas idéias para a preservaão e sou totalmente a favor, venho da Europa onde essas coisas são de extremo valor para a vida, onde se preserva milhões de coisas. Eu acho que hoje a Cidade está muito dividida para definir o que deve ser preservado. Fiz uma pequena colaboração com a Vereadora Ana Maria Quadros dando exemplos de preservação válidos e importantes, valores históricos e importantes. Amsterdã, quem andou pelos canais lembra-se das construções

Folha n.º 80 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A30	4	valéria	aud.publ.	29.5.96		

antigas de alguns séculos, feitas pelos burgueses que descarregavam em suas casas fardos de algodão, vai perceber que isso existe até hoje.Não são mais residências, ninguém seria capaz de residir ali. Não é mais essa vida que se tem hoje na Holanda. Dentro desses edifícios existem escritórios, que preservam, dentro de suas obrigações contratuais, o exterior. Na frente há uma placa...

Folha n.º 81 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A31	1	regina	aud.púb.	29.5.96		

[redacted], Coca-cola, pequenininha e só. O resto está como estava porque não pode mexer na própria construção, pois se houver alguns consertos para fazer tem de recorrer a um instituto de preservação histórica. Caso contrário irão dizer que não é essa a madeira, não é esse o prego e coisas do tipo. Cidades como Hamburgo, Londres, parte de Amesterdã são ocupadas hoje não pelo comércio. E gostaria muito que os senhores não pensassem que é invasão. Ninguém invadiu, as pessoas se evadiram. Os que moravam naquele local, não acharam mais conveniente lá permanecer. Cito para a senhora nome por nome porque as pessoas sairam, não querem mais morar na Gabriel Monteiro da Silva. Eu não invadi a casa deninguém! A minha proprietária, que mora na Rua Groenlândia, reza para eu continuar no local porque eu mantenho o imóvel. Antes de eu montar o meu escritório, não mudei nada na casa, não tinha nada! Os desocupados estavam morando em cima da casinha, da entrada da casinha.

Não acredito que o zoneamento deva ser tratado preto no branco. Os comércios nós vemos, as padarias com fila dupla, os bingos, etcêtera. As residências não são somente isso. Com o zoneamento pode-se preservar bairros inteiros perfeitamente bem, sem mudar suas características. sem cortes de árvores. Eu plantei duas, uma o cupim comeu e a outra está lá.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A31	2	regina	aud.púb.	29.5.96		

Creio que tem de ceder essas coisas de uma maneira diferente. A cidade não consegue parar e atender as condições pois não existem mais. Na época em que abriram um canal na Rua Estados Unidos, eu pensava: mamma mia, morar aqui seria bom! Imaginem, senhores, morar na Rua Estados Unidos. Quando vinha alguém de fora, levava-se para conhecer a Avenida Brasil, pois era o local onde as pessoas moravam bem. Pergunto: quem hoje quer morar na Avenida Brasil? Mais para frente, a cidade explode com a invasão de centenas de automóveis novos, há uma mudança radical no trânsito. Na minha Gabriel Monteiro da Silva posso convidar qualquer um para estar lá às 17:30h ou 18:00h porque sei o que acontece naquele trecho. Todos sabem que não cabem mais automóveis na Avenida Rebouças, então os carros vão para a Gabriel Monteiro da Silva.

Então, a cidade é viva, tem de ser mantida, temos de usar meios, às vezes, até artimanhas para mantermos certas características, mas não podemos engessá-la, como disse a nobre Vereadora. Muito obrigado.

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - Muito obrigado pela sua colaboração.

O SR._____ - Quero discordar parcialmente do senhor que falou agora, lembrando que Amesterdã é aquilo que é, porém, tem 1 milhão de bicicletas, as pessoas não andam de carro. As ruas não se desvirtuaram pelo trânsito.

Folha n.º 83 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

No nossa caso,da Gabriel Monteiro da Silva, o pessoal fugiu de lá porque está cheio de carros. Então, foi feita uma implantação de trânsito de tal modo que as pessoas tiveram de figir. E quando fogem, os outros invadem. Essa é a conclusão.

O que falo não é porque seja contra os negócios, o comércio pois é parte da vida, e parte da vida da cidade tem de acompanhar o desenvolvimento. Mas o desenvolvimento tem de ser dirigido de uma forma harmoniosa. Caso contrário, é um câncer. Os nossos órgãos tem de crescer de forma organizada. Quando não é um crescimento organizado, é porque tem câncer.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Acho que o nosso desafio é o seguinte: como é que podemos preservar a qualidade de vida sem dar prejuízo aos moradores? Se conseguirmos isso será um grande passo. O meu medo é que seja votado o projeto do Executivo, contando com a maioria desta Casa! Não com o meu voto ou com o voto de vários Vereadores. Mas é preciso ter cuidado porque temos de fazer uma pressão grande, para que haja estudos no sentido de ter benefícios para todos, com consenso. Acho que a democracia é feita de consenso, e o consenso dá trabalho. Temos de discutir, quebrar a cabeça, verificar para que não haja engessamento de algumas situações desta cidade.

Folha n.º 84 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A31	4	regina	aud.púb.	29.5.96		

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - Há mais ãaguém que queira falar? (Pausa). Fique à vontade.

A SRA._____ - Gostaria de pedir um esclarecimento quanto ao pronunciamento da representante da Secretaria do Planejamento do Município de São Paulo. Pelo que você falou, eu gostaria de confirmar se entendi bem, porque não conheço planejamento, não conheço nada.Entendi que 5% dos bairros de São Paulo são caracterizados como Zona 1.(Pausa). Três porcento? Estritamente residencial seriam 3%. E que nesses casos, a intenção seria preservar para que permanecesse estritamente residencial. Ou seja, não há intenção em se analisar ou fazer um estudo para operacionalizar situações gritantes, que não são residenciais?

A SRA._____ - A questão é a seguinte: estamos sempre ordenando e organizando a cidade. Não é uma questão de que a Sempla esteja fechada...

Folha n.º 85 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

ROD/ZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A 32	1	Adilia	audiência	29 6 96		

Não, isso não é verdade, a gente está sempre estudando, sempre monitorando a cidade. É questão, primeiro, de definirmos os objetivos, para que servem esses 5% da cidade, incluindo as Z-15, que estão na área dos mananciais, estritamente residencial. Qual é o objetivo, como estão funcionando hoje, quais são os problemas e como podemos minimizá los em benefício de toda a população.

Essa é uma questão que eu acho que deva ser também discutida no plano diretor para ter o zoneamento para atender esses objetivos e ter outros instrumentos.

A SRA. _____ - Eu queria um outro esclarecimento. pelo que entendi, se ouvi direito, você falou, da parte do seu departamento, vocês seriam contra todos os projetos que estão sendo discutidos hoje. Você é uma estudiosa em termos de planejamento urbanístico e se estivesse aqui desde o início, perceberia que o pessoal da Joaquim Nabuco, eu que estou falando de um pedacinho do Jardim Leonor, esta mostrando... Tem também da Rua Gabriel Monteiro da Silva, então é importante, você, estudiosa, estar presente desde o início para sentir que a cidade cresce, como esse senhor falou. A minha irmã mora em frente o estadio Quer ver as fotos? Você acha que é zona 1?

Folha n.º 86 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A 32	2	Adilia	audiência	29 5 96		

A SRA. _____ - Eu conheço essa área. Aí é que eu estou colocando: como é que a gente vai resolver a questão da descaracterização é contrária ao próprio zoneamento. Sera que da para recuperar essas áreas estritamente residenciais? (Manifestações)

Não, eu não estou querendo fazer poesia. Tem estudo da Gabriel...

A SRA. _____ - Eu te mostro duas fotos. Uma é uma rua realmente caracterizada ainda hoje, talvez daqui a 10 anos eu esteja falando a mesma coisa,como zona 1. É uma rua tranquila, só residências. A outra é em frente ao estadio do Morumbi,onde você tem a feira, o trombadinha, coco verde, tudo. Se te oferecerem de graça, você pode escolher, nessa rua tranquila ou em frente ao estadio do Morumbi, o que você escolhe?

A SRA. _____ - Acho que a questão é ver quais são os problemas. E a feira? Vamos verificar a questão.

ASRA. _____ - Não e so a feura,

Folha n.º 87 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A 32	3	Adilia	audiência	29 5 96		

A SRA. _____ - O estadio traz uma alteração total. Temos que estudar como não alterar a região.

A SRA _____ - A proposta que você esta fazendo e a proposta de ZR 2, que e um tipo de zoneamento que permite tudo.

A SRA. _____ - Nós somos contra, eu,pessoalmente, porque e diferente do Z-e ZR1.

A SRA. _____ -....para determinados locais, instrumento urbanistico para determinados locais, a proposta que a gente foi contra foi de CR 2.

A SRA. _____ - A minha posição nesse e de Z 8 CR 2. Aqui caberia Z 8 CR 1.

A SRA. _____ - o que eu estou falando e que em vez de você, genericamente tachar: não se muda nada nesse projeto...

KPOGRAF

Folha n.º 88 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A32	4	Adilia	Audiência	29 5 96		

A SRA. _____ - não, eu não estou colocando isso, tanto que tem projeto de lei

A SRA. _____ - ...você deveria visitar bairro a bairro para sentir as dificuldades.

A SRA; _____ = Tanto que a Gabriel Monteiro da Silva está dentro de um projeto de lei do Executivo, é o instrumento que a Secretaria achou por bem utilizar para alteração de zoneamento, para possibilitar alterações pontuais do lote que estão hoje enquadradas as zonas de uso Z 1, desde que entre em operações interligadas, que pague para o poder público, com características que possam ser alteradas, como a Gabriel Monteiro da Silva, que é uma das vias que está para ter o zoneamento alterado, desde que seja via operações interligadas. Tem que entrar um projeto de lei na Câmara que vai passar [redacted] para o Executivo.

Eu estava colocando a questão como um todo, para não esquecermos o todo das coisas.

A SRA. _____ - Dentro do todo, vocês têm que

Folha n.º 87 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A 32	5	Adilia	audiência	29 5 96		

analisar especificamente o que está acontecendo em cada bairro.

A SRA. _____ - A gente vai para a rua, analisa a rua e vê o impacto da rua, vê qual o instrumento adequado. Essa é uma visão técnica que tem de ser colocada para todos, para se discutir e chegar a um consenso. Tem uma informação técnica, ela vai para o diretor, o diretor aprova e encaminha para o secretário. Daí vai para a comissão de legislação urbanística, que é composta de setores privados e da prefeitura, depois vai para o Prefeito e depois ele envia ou não para a Câmara.

XXXXXX

A SRA[redacted]ANA MARIA QUADROS - A nossa posição mandando todos os [redacted] projetos de alteração de zoneamento [redacted]

Folha n.º 70 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A33	1	Carla	Aud. Públ.	29.05.96		

para informação do Executivo...

A SRª. _____ - É importante, porque talvez aqui caiba o Z8 e o TR1 e não a TR2.

A SRª. _____ - Nós nunca temos muito contato com a Câmara. Mesmo essa audiência soubemos agora.

A SRª. Ana Maria Dutra dos - Essas [redacted] audiências são realizadas todas as quarta-feiras, das nove ao meio-dia.

A SRª. _____ - Isso seria interessante, por exemplo, porque, como somos o Executivo e vocês a Câmara poderíamos fazer mais contatos.

A SRª. Ana Maria Dutra dos - À medida q e pedimos informações ao Executivo já estamos selando esse compromisso.

A SRª. _____ - Só para terminar o impasse, isso significa que você não vai, no seu plano, [redacted] automaticamente deixar de considerar tudo.

Folha n.º 51 do proc.
N.º 56 de 1956
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A33	2	Carla	Aud. Públic.	29.05.96		

A SRª. _____ - Não é meu plano. Agora, como técnica, como moradora de São Paulo, não estou falando como arquiteta da Secretaria de Planejamento. Eu, enquanto pessoa, enquanto moradora, enquanto arquiteta, enquanto urbanista acho que vou defender, enquanto técnico, para um fórum grande como esse, a manutenção das zonas estritamente residenciais.

A SRª. _____ - Sem qualquer análise?

A SRª. _____ - Não sei análise, acho que temos que verificar. Como técnica e eu objetivando acho que o uso estritamente residencial mantém uma qualidade de vida e acho que temos que vere que nível podemos alterar. Agora, existem outras formas de se manter esse nível.

A SRª. _____ - E aonde ponho o feirante da minha casa?

A SRª. _____ - Aí é que está. Acho

Folha n.º 12 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A33	3	Carla	aud. públ.	29.05.96		

que o feirante é uma qaestão que temos que verificar.

A SRª. _____ - Onde ponho a livraria que tem na praça da minha casa?

A SRª. _____ - Essa questão de livraria, essas bancas de jornais se transformarem em produtos de conveniência, lojas de conveniência, sendo de espaço público, é uma questão que também temos que resolver. Não é mudando o zoneamento que resolveremos uma questão de banca de jornal...

A SRª. Ana Martins dos Santos - Eu acho que qualquer essa Câmara vai enviar os projetos para informação ao Executivo cabe a ele estudá-los e dar a melhor solução, solução que não agrida à cidade, mas também que não engesse as pessoas, que não leve prejuízos sérios para os cidadãos da cidade.

Essa posição foi a do ano passado, nós enviamos vários projetos de informação ao Executivo e esse ano também continuamos enviando para pedir informações ao Executivo, enquanto estudamos e tentamos chegar num consenso de quais são as melhores soluções.

Folha n.º 93 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A33	4	Carla	Aud. Públ.	29.05.96		

O SR. Emílio Moreghini - Os projetos desta pauta que tratam de alteração de zoneamento praticamente todos eles vão a audiência.

A SRª Ana Maria Duarte - O senhor presidente concordando, como concordou, e eu o cumprimento por isto, porque é desta maneira que estudamos e atendemos melhor à população.

O SR. Emílio Moreghini - Mais alguém? Está muito proveitosa esta reunião.

A SRª Ana Maria Duarte - É esse o papel da Câmara enquanto representante da população. Levantar todos os problemas...

O SR. Emílio Moreghini - Estamos tratando de um setor, mas vale para a cidade toda.

O SR. _____ - Sr.Presidente, SRª. Vereadora, bom dia. Pertenço à sociedade amigos do Brooklin velho e me aqui refiro especificamente a essa área.

KPOGRAF

Folha n.º 94 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A83	5	Carla	Aud. Pibl.	29.05.96		

EStou vendo aqui um projeto de lei que modifica um zoneamentoi num trecho da Joaquim Nabuco. Nós, como moradores do Brooklin velho,entendemos os problemas dos que ali estão. Porém, estamos querendo, antes de tudo,harmonizar o que tem de zona 1 e manter o que tem de zona 1 naquela área do Brooklin velho .

Graddes coisas já foram feitas. A avenida Águas Espraiada hoje aliviou,de forma definitiva,o tráfego da Joaquim Nabuoo. Quando houver a passagem da Águas Praiadas através da Washington Luiz desaguando para a área do Aeroporto e Vila Santa Catarina vamos poder ainda mais harmonizar o tráfego naquela área.

Mas o que queremos, não indo contra o desejo daqueles que têm problemas específicos nesse trecho da Joaquim Nabuco, procurar discutir de forma coerente,com todos os cidadãos daquela área, esse tipo de situação, qualquer mudança proposta que seja analisada em conjunto com os moradores daquela área que querem preservar a área como ela é hoje, uma área onde as pessoas de outros bairros se deslocam para o Brooklin velho para poderem andar pois sabem que nesta área este tipo de exercício é possível. Ela é mantida como zona 1 e é isso que queremos garantir.

No dia 4 de junho, na Escola Oney , na rua La Place,

Folha n.º 95 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A33	5	Carla	Aud. Públi.	29.05.93		

421, [redacted] teremos uma reunião , às 20:00 hs, onde será discutida a proposta de formação de um bolsão na área do Brooklin Velho. Tudo isso vai de encontro ao desejo dos moradores de lutar por manter aquela área como zona Z1 .

Portanto, qualquer modificação antes [redacted]

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X-1	1	Anelies	AUDIÊNCIA P.	29.05.96		

discutida entre nós para que seja realmente analisada.

A SRA. ANA MARIA QUADROS (PSDB) - Eu gostaria de esclarecer - e gostaria até que os moradores falassem - que só apresento projetos quando tem a totalidade dos moradores. Esses moradores já apresentaram , na outra gestão, a vereadores desta Casa o mesmo problema. Eu gostaria que eles viessem ao microfone para discutir então qual seria a melhor solução para que esses moradores, desse quarteirão não ficassem prejudicados. Aqui é o espaço para discutirem-se essas questões.

O SR. _____ - Eu só queria dizer o seguinte: entendemos perfeitamente o problema dos moradores da Joaquim Nabuco, mas o estado...

O SR. _____ - (Inaudível.)

A SRA. ANA MARIA QUADROES (PSDB) - É interessante os Senhores virem ao microfone, até para que haja um debate.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X-1	2	Anelise	AUDIÊNCIA P.	29.05.96		

O SR. _____ - Eu falo aqui mesmo neste microfone com o morador, já que somos vizinhos. Em nosso primeiro quarteirão temos a assinatura de 100% dos moradores, porque este primeiro quarteirão da Joaquim Nabuco já está descaracterizado como residencial há mais de trinta ou quarenta anos. Desde o início da formação da casa em que eu moro, eu comprei como loja. Já tinha o habite-se e a autorização da Prefeitura, já naquela época, em 1949, para construírem-se lojas e residências. Posteriormente é que houve a transformação disso em residência. Tanto é assim que a própria Ver. José Diniz, do seu lado esquerdo e direito, é zona residencial ocupada hoje até por uma emissora de rádio, se não me engano. Há também o escritório do Ver. Mário Reis e ali é uma região estritamente residencial.

Vamos comparecer a essa reunião do Brooklin e vamos discutir, porque acho muito interessante que discutamos os nossos problemas lá dentro do nosso Brooklin.

Não estamos pedindo para a Vereadora retirar esse projeto de lei que transforme em Z-8, permitindo pequeno comércio: não queremos lojas de automóveis, não queremos nada. Da Ver. José Diniz até a Constantino de Souza. Depois já vem o colégio e atá ali é mão x única, é uma continuação da Av. Santo Amaro até o segundo quarteirão da José

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

ROD/ZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X-1	3	Anelise	AUDIÊNCIA P.	29.05.96		

Diniz. A nossa rua é um estacionamento xx nos dois x primeiros quarteirões da Joaquim Nabuco. Ali o comércio está espremido, não cabe mais nada, estendendo-se pela Barão do Triunfo e pela Princesa Isabel. Não pode mais sustentar o crescimento da cidade. Deve ser normalizado. Não deve-se permitir no Brooklin ou em qualquer outra rua grandes construções, levantar edifícios, nada disso. Não estamos pedindo isso. Plantamos as árvores e queremos é trabalhar. É isso o que queremos. Não se pode mais morar lá. Lá tem prostitutas, sambão, gasolina, tem tudo. Aquele primeiro quarteirão não serve como residência, o Senhor não vai morar lá. Lá em cima, sim, é x lindo o Brooklin. Sou morador do Brooklin há quarenta anos, mas ali não dá x mais para morar. Minha casa não tem mais valor como residência. E eu vou comparecer no dia 4 e depois venho falar com os Senhores.

A SRA. Ana Maria Quadros - Nós entendemos esse tipo de situação. Nosso papel aqui na Câmara é trazer os assuntos para serem discutidos e procurar a melhor solução. Acho esse debate riquíssimo, porque não podemos fazer como avestruz, colocar a cabeça embaixo da terra e dizer que não existe nada.

Então, como poderemos resolver esse problema sem prejudicar

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X-1	4	Anelise	AUDIÊNCIA P.	29.05.96		

o todo? E até considero importantíssima a presença da representante da Secretaria Municipal de Planejamento no sentido de estudar como poderemos fazer isso, porque dependemos de uma mudança de trânsito, o que muitas vezes não é feito. Vamos brigar por ela. Dependemos de proposição de um outro sistema de interligação e temos várias idéias. Para o trânsito podemos - o Cândido Malta já apresentou - ter na região pequenos ônibus circulando e que se adequem com outros ônibus só nas avenidas. Tem a construção do aerobus, que é muito mais barato que metrô. Temos várias soluções. Mas como não dependemos aqui de tomarmos todas as medidas, como é que crescemos na democracia sem prejuízo para ambas as partes. Mas sem fechar os olhos para o que acontece.

Considero importantíssimo o papel das entidades na defesa, mas vamos estudar qual a melhor solução, porque senão vamos terminar esse mandato, vamos supor que não se aprove nada aqui, e vamos ter o problema para o ano que vem. Então, também nessa candidatura dos prefeitos da cidade de São Paulo temos que saber como cada prefeito ou prefeita vai apresentar um plano para esta cidade. É também uma maneira de estarmos exigindo, ou seja, são várias frentes de luta. Portanto, acho importante os Senhores estarem aqui presentes, como é

Folha n.º 100 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X-1	5	Anelise	AUDIÊNCIA P.	29.05.96		

importante a participação dos moradores dessa quadra.

O SR. _____ - É preciso mesmo ficar claro que qualquer modificação pontual que existir no bairro arrasta outras solicitações de modificação. Esse é o ...

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUÍGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X2	1	MOnteiro	Aud. Pub.	29.05.96		

Esse é o grande problema que nós procuramos defender.

XXX

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Nós sabemos.

O SR. _____ - Se existe um tipo de modificação ocasionada por situações que algumas pessoas consideram irreversíveis, muito bem, então isso abre caminho para que modffi-cações sejam também solicitadas com a mesma...

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Dificilmente nós temos 100% dos moradores solicitando alterações quando não há problema. A gente não tem isso. Tem, por exemplo, pontualmente, um ou dois que que-rem interesse particular, mas aí não revela o interesse da cole-tividade.

O SR. _____ - Eu agradeço a palavra.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Muito obrigada, a gente agradece a participação.

Folha n.º 102 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X2	2	Monteiro	Aud.Pub.	29.05.96		

- Manifestação fora do microfone.

- o - o -

O SR. _____ - Acho importante uma coisa, para trabalhar bem, todo o mundo, e para os cidadãos participarem em termos de cidadania. Por exemplo, institucionalizar o relacionamento entre Prefeitura e Sociaedade Amigos dos Jardins. Isso é extremamente importante.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Fundamental.

O SR. _____ - Isso em primenro. Segundo: qualquer ação movida pelos 100% dos moradores, que pode ser um ou dois, ou vinte, não sei, deveria, a meu ver, passar através da sociedade, que tem o dever no prazo de uma semana, vamos supor, de anotar o porque sim ou porque não, os pareceres e tramitá-lo para ações sucessivas. Isso acho que, se queremos trabalhar bem, é um caminho.

TIPOGRAF

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X2	3	Monteiro	Aud.Pub.	29.05.96		

Tinha mais um assunto mas acabei esquecendo. (Pausa) Sim, era isso...

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Com a Câmara já tem, a gente já faz. Informações do Executivo é praxe dentro da Câmara.

O SR. _____ - Uma outra coisa: nós não falamos do mantenimento da ordem. Nós falamos de como projetar uma coisa, porque seja feita dessa forma. Agora, os transgressores. Estamos assistindo a carnavais de ações judiciais, de intimações, de multas e tudo isso. Eu não quero citar o nome de uma cidade, x eu conheço uma cidade onde esses problemas são resolvidos muito simplesmente. A prefeitura tem acesso direto ao fornecimento de água e luz, não porque ela fornece, mas porque as empresas fornecedoras admitem que existe uma lei. Então, se um sujeito físico, ou sugeito jurídico é um transgressor tem direito a ter cortada água e luz.

Com essas metodologias, não vão tem mais forums cheios de causas que não dão resultado nenhum.

Folha n.º 104 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X2	4	Monteiro	Aud. Pub.	29.05.96		

Isso quer dizer, se uma empresa é abusiva numa área de zona 1, não se pode despejá-la, se corta a água e a luz. É só.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Essa é uma medida altamente eficiente. Quer dizer, não respeita se corta a água e a luz. É eficiente e evita a corrupção dos fiscais, tenta em parte evitar.

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - Vamos dar prosseguimento. O Sr. Assessor vai fazer a leitura do 296, da Vereadora Ana Maria Quadros, que é aquele que está a caminho do Executivo, mas vamos pautar, vamos ler para dar conhecimento.

O SR. ASSESSOR - O PL 296/95, é da Vereadora Ana Maria Quadros e a relatoria está a cargo da Vereadora Tereza Lajolo. O Estudo do assessor Daniel dá o seguinte resumo ao projeto:

Dispõe sobre a alteração do zoneamento nos perímetros pertencentes à Zona de Uso Z8-100/4, Z8-100/1, Z8-100/5 e Z8-100/1, passando estesa a pertencer ao perímetro da Zona de Uso Z-9 localizados na região de São Mateus.

Folha n.º 105 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X2	5	Monteiro	Aud. PGb	29.05.96		

A autora justifica que o projeto visa adequar a legislação, pois já existem moradias nas mencionadas zonas e que, desse modo, necessitam ser regularizadas.

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - Aí está. A pedido da Vereadora, com os demais, ao Executivo.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - So queria colocar um pouquinho. Veja, este aqui é um assunto um pouquinho diferente do dos Jardins, mas muito importante. Essa região era zona rural e lá há necessidade de moradias. Existe um projeto da Prefeitura para construir lá parque industrial, mas os moradores da região, eles até viriam aqui mas disse que não necessidade de virem porque a gente coloca aqui o problema e discute com os outros que estiverem, há necessidade grande de terrenos para construção de casas populares.

Então, a briga é: melhor que fique para construção de casas populares, e com essa alteração daria, do que deixar só para zona industrial, como é o projeto original da Prefeitura.

Gostaria também de ouvir os senhores aqui. O pessoal viria

Folha n.º 106 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

apenas em grande quantidade, mas é um bairro muito distante, eles teriam de faltar ao trabalho para virem defender os terrenos destinados à construção de casas populares. É essa a argumentação dos moradores, é um número grande de moradores da região.

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - Vai para a tramitação normal então.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Também informações ao Executivo, que é uma segurança nossa.

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - Vamos para o Projeto 1472, do Vereador Antônio de Paiva Monteiro Filho.

[redacted]

Folha n.° 107 do proc.
N.° 56 de 1996
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X-3	1	Marcia	Aud. Pública	29.5.96		

1.472/95,

O SR. _____ - O projeto de lei ~~xx/32/95x~~ de autoria do Vereador Antônio de Paiva; a relatoria está a cargo da Vereadora Ana Maria ~~xxxxx~~ Quadros. O resumo do assessor responsável é o seguinte: "O projeto altera a zona de uso Z1O2, que é uma zona estritamente residencial, para Z8CR11, um corredor de uso especial, o trecho da Alameda Gabriel Monteiro da Silva, compreendido entre a Rua Estados Unidos e a Av. Brasil!"

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Como informação aos executivos, os moradores já estiveram aqui presentes, já colocaram sua posição e já debatemos em duas ou três audiências anteriores.

Parece que a Míriam quer falar.

O SR. EMÍLIO MENEGHINI-A Sra. Vereadora, a fim de que o regimento seja respeitado, está pedindo vista e o encaminhamento ao Executivo.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Mas o assessor do Toninho quer falar, e também a Míriam.

Folha n.º 108 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X-3	2	Marcia	Aud. Pública.	29.5.96		

A SRA. MIRIAM ARANTES BARCELOS - Eu sou moradora do final da Rua Gabriel Monteiro da Silva, na Praça Coronel Pires de Andrade. Como outros moradores que estiveram aqui, na tribuna, eu acompanhei todas as mudanças desse bairro. A Rua Gabriel Monteiro da Silva era uma região pacata; na Marginal do Rio Pinheiros, que eram as margens do Rio Pinheiros, havia inclusive animais que iam ali pastar; carroças de leiteiros, na época em que me mudei para lá. Era uma região pacata. Só teve esse trânsito, essa movimento, essa importância no momento em que abriu-se a Marginal Pinheiros e ela se estabeleceu como ligação até a Rebouças.

E à medida que se permite o uso irregular, pelo menos considero irregular, dessa rua Gabriel Monteiro da Silva, ela vai espalhar a degradação por todo o bairro e a mudança do zoneamento.

Volto a dizer que por trás disso existem -

rias muito sérias que estão, n

o bairro.

Penso que é obrigação d

de vida dos moradores ao invés d

têm apenas a finalidade de explo

Folha n.º 109 do proc
N.º 56 de 1996
O funcionário

reservados à exploração comercial, e também devem ser preservados.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Eu pediria à Miriam que esclarecesse o seguinte: esse bairro não tem nenhuma por trás. Nós temos 100% das assinaturas desse bairro. As pessoas até já se retiraram. São 100% das assinaturas dos moradores daquele trecho. E eu gostaria - até há uma oradora áqui ainda - que ela viesse ao microfone falar.

A SRA. MIRIAM - Cem por cento da rua não quer dizer cem por cento do bairro. A convite do Presidente da Associação do Bairro, nós estamos organizando uma reunião no Museu da Escultura, onde é a sede da Associação. O convite irá para todos os moradores do bairro para discutir junto com a Vereadora. Porque a Gabriel Monteiro da Silva é uma rua de um bairro.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Eu gostaria que você contasse um pouquinho a história, como era o quarteirão e por que ele foi alterado. Acho que vale a pena colocar.

A SRA. MIRIAM - Existe uma omissão completa das autoridades para coibir esses desregramentos no bairro.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - E ciente disso, eu propus aqui uma C.P.I. do Zoneamento.

A SRA. MIRIAM - Nós vamos voltar a essa proposta.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - C.P.I, não aprovada. Estou falando porque não podemos fazer como avestruz: colocar a cabeça em baixo da terra. Nós temos que tirar e trazer para discutir. Porque uma C.P.I. que justamente iria apurar responsabilidades, fazer a punição, e ainda discutir com o bairro não foi aprovada.

A SRA. MIRIAM - Nossa Associação está levando à Promotoria um pedido, já encaminhado, de ação pública contra essas contravenções à lei do zoneamento no bairro. E está em encaminhamento.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Eu gostaria de ouvir os mora-

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X-3	5	Marcia	Aud.Pública	29.5.96		

dores e o assessor do Vereador, autor desse projeto. E há um projeto idêntico, que não sei por que não está aqui em discussão.

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - ~~Fabio~~ Fábio Lazari, assessor do Vereador Antônio de Paiva.

O SR. FÁBIO LAZARI - Primeiramente, tenho aqui em mãos a intenção da Comissão em apresentar um substitutivo ao projeto 1.472, que é praticamente incluir aquele artigo.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - É a mesma coisa. Nós dois fizemos a mesma proposta. São dois vereadores com a mesma proposta.

O SR. FÁBIO LAZARI - Perfeitamente. O projeto em si, e, é claro, o substitutivo, atende àquilo que os moradores da região pleiteiam. E tecnicamente o substitutivo da Comissão está perfeito.

Em indo para o Executivo, a gente apela, em nome do Vereador, para que seja rigorosamente observado o seguinte: o interesse dos moradores do trecho para com essa informação. Segundo: se-

Folha n.º 112 do proc.
N.º 30 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X-3	6	Marcia	Aud.Pública	29.5.96		

ja respeitado o prazo estabelecido no nosso Regimento Interno, que é de 30 dias, e não demore mais do que costuma acontecer.

Então, tecnicamente perfeito, portanto, o substitutivo, e é a união dos dois projetos. Obrigado.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - O morador dessa região, dessa rua, nos trouxe um relato da situação, do pleito.

O SR. JOAQUIM PIRES DE CAMPOS - Eu sou proprietário do imóvel da Al. Gabriel Monteiro da Silva, 263. Em 1941, quando eu nasci, eu fui morar na Rua Dona Hipólita, 263, hoje Al. Gabriel Monteiro da Silva. Eu luto, como grande parte dos senhores presentes, pela preservação desses bairros residenciais, pela preservação dos Jardins, do Morumbi, do Alto de Pinheiros e do Brooklin.

O que aconteciahá 50 anos, nesta cidade, é completamente diferente de hoje. A nossa cidade hoje está com uma população por volta de 20 milhões de habitantes. Naquela época, havia quantos milhões de habitantes, 2 ou 3 milhões?

Infelizmente, não existe uma estrutura de transporte nesta cidade, o que obriga a cada um ter seu automóvel. Isso descaracterizou grande parte dos Jardins, dessas ruas que eram estritamente residenciais. Veja o caso do Jardim Europa. Não existe nenhuma opção. Se nós fecharmos o bairro, o que seria muito bonito, muito interessante, o que ocorreria à circulação dos veículos? Av. Europa, Av. Rebouças, Av. 9 de Julho?

Infelizmente, nós temos que lutar, procurando uma alternativa pa-

Folha n. 114 do proc.
N.º 56 de 1996
Funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X-4	2	Vera	audiência pública	29.5.96		

ra conciliar todos esses fatores. Eu comunico que, em vista de todos esses problemas, no ano passado, eu mudei de residência. Eu saí da Al. Gabriel Monteiro da Silva e fui morar no Alto de Pinheiros, onde permaneço até hoje. Minha casa está fechada e venho eu pagando normalmente todas as minhas obrigações de cidadão.

O que acontece se hoje eu não pagar em dia, por exemplo, o meu IPTU? No dia seguinte, eu tenho que pagar o meu IPTU com 10% de multa. Eu venho lutando há mais de 10 anos contra a invasão do comércio nesse meu trecho. Eu já fui mais de 50 vezes na Prefeitura. O que a Prefeitura fez? A Prefeitura vai nesse comércio, às vezes, constata a existência de um comércio ilegal, multa uma vez, multa duas vezes.

Eu insisto. O que faz a Prefeitura? A Prefeitura faz um fechamento administrativo. E daí? O comércio continua existindo lá. Eu, como vizinho, sou prejudicado e não tenho a quem recorrer. Eu posso voltar hoje à Prefeitura e levar as denúncias que eu fiz há mais de 10 anos e a Prefeitura não faz nada com esse comércio clandestino.

Eu acompanho esse problema de zoneamento de São Paulo e vocês ficam a par de que a única coisa que a Prefeitura consegue fazer é multar e fazer o fechamento administrativo, que, cá entre nós, não tem o mínimo valor, porque está lá o comércio instalado, pagando as taxas

como se fosse uma residência e é muito mais baixo que o valor das multas.

O que adianta, então, eu recorrer à Prefeitura? De momento, eu acho que não adianta nada. Eu cheguei a essa conclusão. Infelizmente, eu larguei meu imóvel, procurei outro imóvel. Estou morando em outro local, onde eu tenho condições razoáveis de habitação.

Então, o que eu acho muito importante é essa comissão de inquérito verificar esse problema de zoneamento. Não adianta eu ficar lutando há mais de 10 anos contra os meus vizinhos e eles continuam instalados lá com o comércio e estão muito satisfeitos. Eu, o prejudicado, fui obrigado a me retirar. Os incomodados que se retirem. Foi o que eu fiz.

O SR. EMILIO MENEGHINI - Vamos, então, prosseguir.

A SRA. _____ - A questão da fiscalização, eu não vou entrar no mérito, porque eu acho que é uma questão que envolve tanto a Prefeitura, que tem responsabilidade nisso, quanto dos cidadãos que devem denunciar. É uma questão séria que a gente precisa enfrentar de fato, ou seja, o respeito à legislação, à lei. Fazer com que a lei seja respeitada, uma vez que a lei foi compactuada.

Folha n.º 116 do proc. Nº 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X-4	4	Vera	audiência ~~pública~~	29.5.96		

Agora, eu estava querendo colocar sobre aquele projeto de lei de São Mateus, que, no final, altera toda a zona leste, que está incluindo a Z-8 100/1, Z-8 100/4, Z-8 100/5. A gente chama de zonas rurais com cinco formas de gradação, desde quando está perto da urbanização, quando você vai permitindo lotes um pouco menores e lotes bem maiores.

—

A SRA. _____ - Eu visitei toda a região. Eu não fiz o projeto antes de ter conhecido toda a região.

A SRA. _____ - Como envolve uma gradação bastante grande e há áreas com topografia bastante acidentada, em que não é interessante uma urbanização e hoje a área ainda não é dotada de infra-estrutura e ~~xxxx

Folha n.: 11 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X5	1	Marcelo	Aud.Pública	29.05.96		

a proposta do Projeto de lei é alteração ~~pra~~ PARA Z-9 e a ~~x~~ zona ~~x~~ de uso Z-9 é uma zona ~~tipica~~ tipicamente urbana, onde permite lotes de até 125 metros quadrados, com usos de locais. A gente acha que esse zoneamento não é adequado.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Qual é a proposta. Como está indo para estudo vocês tragam a proposta que nós ~~x~~ reformulamos.

A SRA. _____ - Exatamente. A gente colocou isso para o Executivo, que a gente estava estudando e a gente entraria em contato.

A SR~~A~~.ANA MARIA QUADROS - Na hora que vocês derem a informação sugiram que nós faremos um substitutivo nesta Comissão dando tratamento mais adequado.

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - De acordo, doutora, de apresentar um substitutivo?

A SRA. _____ - Nós temos vários estudos na secretaria. Agora, ~~que~~ toda proposta que sai do ~~Exem~~ Executivo tem que passar via Prefeito Maluf.

~~A~~ SRA. ANA MARIA QUADROS - Não, não. Isso por decisão. Nós queremos só o parecer técnico. Vocês mandam o parecer técnico.

A SRA. _____ - Aí que está. O parecer técnico, como já ficou acordado que vocês vão enviar...

KPOGRAF

Folha n.º 118 do proc. 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X5	2	Marcelo	Aud.Pública	29.05.96		

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - Pode ser via secretário, também.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - É só o parecer técnico. É o caminho mais rápido. Nós vamos solicitar, vocês vão dar e ~~xxxxx~~ a gente faz, baseado ~~x~~ na informação de vocês, o substitutivo que melhor atenda aos benefícios da região.

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - Vamos novamente ao Projeto 1.462. Não ficou esclarecido o seu envio para o Executivo, porque o representante do Vereador Paiva...

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Falando com o representante do Vereador Paiva, quero dizer, que estamos pedindo todas as informações do Executivo para cerca de todos os cuidados, até para que na hora que tivermos um consenso entre as situações conflitantes de cada região, possamos dar uma melhor solução, porque ~~xxxx~~ são situações conflitantes; intereses conflitantes, interesses em relação à qualidade de vida também conflitantes, metodologia. Aí é importante que a gente peça, eu gostaria de saber se a posição do Vereador Antonio Paiva seria essa, para que a gente tenha melhor estudos, melhor abrangência, além dos estudos que já ~~xxxxx~~ fizemos. Há concordância do Vereador?

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - De acordo? (Pausa) Agora vamos, encerrando, ao Projeto 1.566, da ~~xxxxx~~ nobre Vereadora Ana Maria Qua-

dros, que é o mesmo caso.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - É o mesmo projeto que será fundido num substitutivo, dando o mesmo encaminhando ~~do~~ ao Executivo.

O SR. _____ - Apenas ~~pr~~ por uma questão formal vamos ler o projeto. "Projeto 1.566/95, de autoria da Vereador Ana Maria Quadros. Estudo diz o seguinte: O Projeto altera zonas de uso Z-1, ~~xxxxx~~ zona residencial, para zona Z-8-CR1-1, o trecho da rua Gabriel Monteiro da Silva compreendido entre a ~~xxxxx~~ rua Estados Unidos e avenida Brasil.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - É a mesma coisa, é o corredor. Z-8-CR1.1. Vai a informações do Executivo. Veja, essa rua, esse trecho já faz parte do projeto do Executivo que está na Casa.

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - Está tramitando na Casa. Mas é bom que vá ao Executivo porque ele pode se reportar ao ~~próx~~ próprio projeto e, quem saben, teremos luz~~x~~ mais clara, se já não for.

O SR. FABIO LAZZARI - Sou representante do Vereador Toninho Paiva. Queria saber, uma vez vindo as informações do Executivo, teria uma nova audiência pública ou não?

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Não necessariamente. Mas aí já é para estudo e conhecimento dos moradores.

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - Eu acho que aí vai depender da informação que vier. Nós temos que examinar.

O SR. _____ - É o trecho da ~~R~~ Gabriel Monteiro da Silva entre a rua Estados Unidos e avenida Brasil. Não está na ~~pxxxx~~ pauta, mas está na leitura.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Por um esquecimento ficou fora d pauta, mas deveria estar~~x~~. O projeto é o mesmo, de idêntico teor.

A SRA. REGINA MONTEIRO - Queria, mais uma vez, dizer que vou vir a todas as reuniões que puder, que sejam em relação a mudança de zoneamento, aproveitando o momento em que estamos, quando vamos ter um novo prefeito, afirmando que precisamos ter uma estrutura viária para esta cidade, com orientações bem claras, porque o que está descaracterizado não são só os usos por ~~fxxxxxxx~~ causa da ~~fx~~ falta de fiscalização e sim o que está descaracterizada é a malha viária da cidade que não existe. Não tem prioridade e enquanto ~~xx~~ a a CET ~~fxx~~ pontualmente for mudando mão de direção, como vi algumas pessoas falando aqui, e nó não ~~tixxxx~~ tivermos o viário alternativo e o transporte, como a nossa colega de Sempla falou, não adianta, não vamos conseguir manter a qua lidade de vida.

O SR. EMÍLIO MENEGHINI - Concordo plenamente com você~~x~~.

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X5	5	Marcelo	Aud.Pública	29.05.96	Folha n.° 121 do proc. N.° 56 de 19 96 O funcionário	

A SRA. REGINA MONTEIRO - Então, se vocês me permitem eu vou falar toda vez: enquanto não tivermos um plano viário vamos ter pessoas desesperadas. Eu sou uma moradora desesperada de uma zona um no Brooklin Velho, onde tenho toda ~~água~~ Águas Espraiadas ~~caindo~~ caindo em cima da cabeça. Obrigada.

[redacted]

KPOGRAF

Folha n.º 122 do proc.
N.º 56 de 1926
Op. Taquicoário

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X6	1	morg.	aud.pública	29.5.96		

A Sra. Ana Maria Quadros - Corretíssimo o que a Regina acabou de dizer, a gente agradece e cumprimenta o movimento de Defenda São Paulo, porque o que tem descaracterizado a zona azul e o que tivemos aqui os moradores desesperados é justamente por uma malha viária sem plano, feita de qualquer maneira e descaracterizando por onde passa levando a situações profundamente trágicas.

A Sra. Regina - Se vocês imaginassem numa utopia, num sonho, se o veículo, o carro aquele senhor que falou que não temos outro transporte, não existisse na face da terra, acabasse a gasolina, não tivéssemos mais combustível, e a gente fizesse um transporte telepático, olha a cidade que a gente ia morar, sem barulho e só concreto, não teríamos o trânsito, porque a gente já está meio surdinho e um monte de concreto. Esses 3% que a gente está querendo salvar que é lá que o pessoal está indo, porque não adianta dizer que isso é progresso, prá mim é um anti-progresso, porque o anti-progresso é a falta de visão um milímetro na frente.

A Sra. Ana Maria Quadros - O único problema que temos aqui como vereadores representando a cidade é que temos que trazer as discussões e apresentar. Não podemos ignorar. Você vai apresentar um projeto que as entidades são contra. Mas tem que apresentar, tem que trazer porque temos que ter aqui soluções de consenso, não podemos fazer como o avestruz, tem que colocar e tirar daqui a discussão rica e ampla, que é um espaço da população que são as audiências públicas, espaço altamente democrático, é delas que nós vamos construir o consenso. Marquei com o Presidente da Associação do Jardim Europa uma reunião que vamos lá no

Folha n.º 123 do proc.
N.º 56 de 1996
O funcionário

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
X6	2	morg.	aud.pública	29.5.96		

Carlos Toledo, do trânsito, para pedir um reestudo dessa região como um todo e além disso acho que toda essa pressão essa organização a gente fica atento para que amanhã não passe por rolo compressor não essa discussão pública, porque nenhum de nós não vai apresentar e levar a plenário um projeto que tem dissenso tão grande. Vamos acertar antes para levar aquilo que for de melhor. Essa é a posição desta comissão. Mas nós podemos ser surpreendidos por outro projeto que já venha pronto com a maioria da Casa e aí é uma tragédia total porque depois para consertar o que foi estragado é uma coisa muito grande.

O Sr. Joaquim Pires de Campos -Estou retornando aqui porque aqui existem algumas pessoas que não participaram da última audiência. Então, só quero voltar mencionar dois fatos que existe nesse pequeno trecho da Gabriel Monteiro da Silva, que são apenas dois quarteirões que é o trecho que vai da Rua Estados Unidos até a Av. Brasil. O primeiro que quero expor aqui é que a próxima linha do Metrô, que vai sair da estação Consolação, vai descer pela Av. Rebouças e terá uma estação na Alameda Gabriel Monteiro da Silva, nesse trecho. A segunda coisa que trago aqui é o seguinte: qual a explicação por que somente esses dois quarteirões são exclusivamente Z 1, a explicação que me forneceram foi a seguinte: por ocasião da lei de zoneamento no tempo dos militares, por imposição da aeronáutica, que possui até hoje o imóvel na rua João Moura esquina com a rua Atlântica pediu para que esse trecho da Gabriel Monteiro da Silva não fosse transformado em Z8 por considerar que seria estar sujeito a problemas de segurança. Então, até hoje existe essa casa da aeronáutica, na Rua João Moura esquina com a

rua Atlântica. Existe até guarda da aeronáutica fazendo plantão, dando segurança para essa casa. Se alguém tiver dúvida é só me acompanhar que mostro a casa. Era só queria rememorar assunto da última audiência.

(Aparte fora do microfone.)

A Sra. Ana Maria Quadros - Fui procurada por moradores da região e não trouxe aqui, porque essa área não é descaracterizada. Quero colocar, quando ele diz e conta um pouco dessa história aquele trecho já não era na lei de zoneamento ser considerado Z 1 se não fosse por uma intervenção pontual de uma determinada pessoa, ela não era, porque a outra parte já não é, é diferente da Faria Lima para baixo, que eu jamais apresentaria, primeiro porque não teria consenso dos vereadores, segundo porque estaria ferindo a região que é toda caracterizada como Z1. É diferente, seria e os moradores lutaram nessa época quando alteraram esse trecho, lutaram para que tivessem o mesmo tratamento.

Aquela parte anterior já é uma parte que está descaracterizada e ninguém foi multado. Quero dizer para os senhores que a multa foi só no trecho entre a Brasil e a Estados Unidos, a multa não foi para o trecho anterior , onde tem a Casa Europa, tem uma série de casas com show room inclusive que são casas de móveis [illegible]

Esse trecho não foi multado. O trânsito multado foi entre a Av. Brasil e a Rua Estados Unidos.

O SR. EMILIO MENEGHINI - Concluída a pauta considerando esta reunião proveitosa, agradeço a colaboração de todos vocês. Esta é a terceira audiência pública e a mairria dos projetos discutidos aqui vão para o Executivo e voltarão à pauta.

A SRA. ANA MARIA QUADROS - Eu me coloco a disposição de todos para discutirmos soluções alternativas as quais não prejudiquem ninguém. Que a qualidade de vida se mantenha mas não coloque a camisa de força num grupo grande de moradores de uma dterminnada ~~região~~ região.

Estou a disposição de todos vocês no meu gabinete salas 306 e 307, onde tenho vários conhecimentos a passar para vocês a respeito dessa região. Já irei hoje com Dr. Mário à Secretaria dos Transportes onde estudaremos o problema da malha viária dessa região. Muito obrigada.

O SR. EMILIO MENEGHINI - Estão encerrados os nossos trabalhos.

Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº. 26 do proc.
Nº. 56 de 1996
O funcionário

EXMO. SR.PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

A fim de obter maiores subsídios sobre o Projeto de Lei nº 056/96, solicitamos seja encaminhado pedido de informações ao Executivo, para que o mesmo, através de seus órgãos técnicos, se pronuncie sobre a matéria, em especial sobre as questões aventadas a seguir:

1. Quantas viagens de automóvel e ônibus gera uma escola de 1º grau para 500 alunos em cada região da Cidade?

2. Quantas viagens de automóvel e ônibus gera uma escola infantil para 500 alunos em cada região da Cidade?

3. Há registro de escolas nessas condições que desrespeitem a Lei de Zoneamento?

4. Quais as atividades econômicas geradas pela proximidade de escolas infantis ou de 1º grau?

Em 26/06/96

Vereador Emílio Meneghini
Presidente da Com. de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente

Defiro, em 26/06/96.

Vereador João Brasil Vita
Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

À LEG. 3
Em, 27/06/96

DONIZETI A. PONTES
Assist. Parlamentar

RECEBIDO EM LEG. 3
27/06/96
13:00h

Sra. Maria Tereza,

preparar ofício ao Executivo solicitando informações a pedido da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

27/06/96

ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica III

Sra. Chefe,

providenciado conforme seu despacho.

27/06/96

MARIA TEREZA DA SILVA BERTI
Assistente Técnico de Direção III

SEGUE nº, juntado 1, nesta data
documento 1 e papel de informação
rubricado 1 sob folha 1 nº 1 127 a 129
Em 10/07/96

Folha nº 127 do proc.
nº 56 de 1996

Câmara Municipal de São Paulo

São Paulo, 27 de junho de 1996.

18 - OF-LEG3
OFICIO N.0626/1996

Senhor Prefeito.

Em atenção ao requerido pela Douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente e nos termos do art. 68 do Regimento Interno, encaminho a Vossa Excelência cópia do Projeto de Lei nº 56/96 de autoria do Vereador José Viviani Ferraz - que acresce a letra "d" ao inciso II, do artigo 19 da Lei nº 9.049 de 24 de abril de 1980, solicitando-lhe se digne determinar providências no sentido que nos envie subsídios para que a referida Comissão possa emitir Parecer a respeito.

Valho-me da oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

BRASIL VITA
Presidente

Anexo: cópia xerográfica do P.L. nº 56/96 e do despacho da comissão solicitante de fls. 126.

A Sua Excelência o Senhor
Doutor Paulo Salim Maluf
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo.

SLF.

Folha nº 128 do proc.
nº 56 de 1996

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

MEMORANDO

São Paulo, 27 de junho de 1996.

Recebi ofício Leg.3 nº **626** , de **27/06/96** , solicitando ao Executivo informações referentes ao Projeto de Lei nº **56/96** , de autoria **do Ver. José Viviani Ferraz.**

Anexo: **cópia xerográfica do PL 56/96 e do despacho da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.** de fls. **126.**

RECEBI EM: 28/06/96
Elisabete Chapar
Oficial de Gabinete
SGM/ATE

CÓD. 0553

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº 129

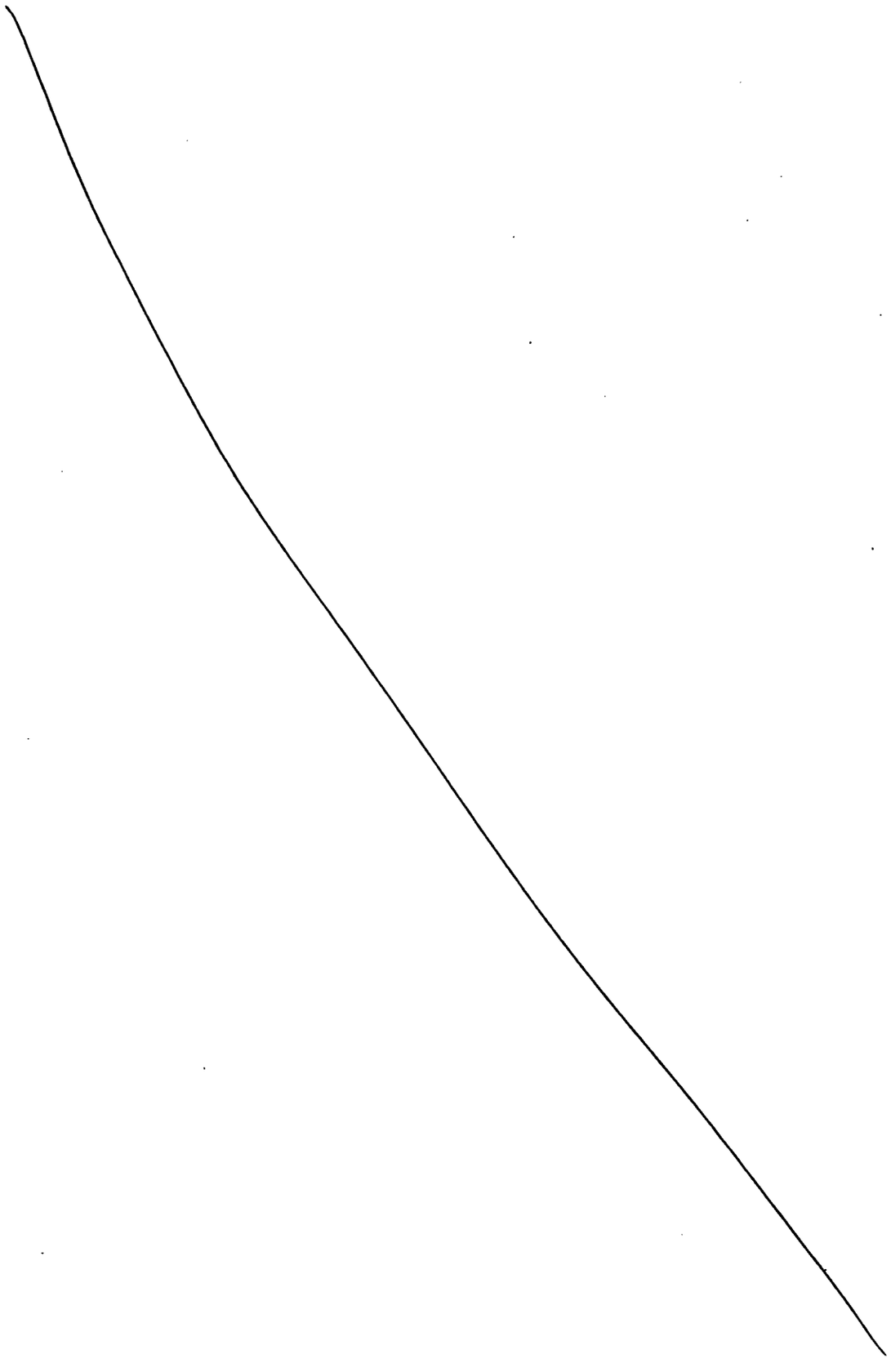
do processo nº 56 de 1996 02/07/96 (a) [illegible]

À Douta Comissão de
Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente
Em, 02/07/96

ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica III

Recebido na Comissão de
Política Urb. Metrop.e Meio
Ambiente
Em 2.7.96 as 15:00 h.

DONIZETI A. PONTES
Assist. Parlamentar



SEGUE ..M..... juntado ..S..... nesta data, ... documento ..S..... e papel para informação, rubricado ..S.....

sob folha ..S..... nº ..130 a 132.....

Em ..31/07/96.....

(a) .....

Folha nº. 130 do proc.
Nº. 56 de 1996
O funcionário

Prefeitura do Município de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

São Paulo, 29 de julho de 1996

Ofício A. T. L. n.o 205/96

15 - DOCREC
15-0239/1996

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, junto ao presente, cópias das informações prestadas pelas Unidades competentes desta Prefeitura, relativas aos Projetos de Lei constantes da relação anexa.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

PAULO MALUF
Prefeito

A Sua Excelência o Senhor Doutor João Brasil Vita
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

SGM - 002 - DGM

À Douta Comissão de
Politica Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente
Em, 31/07/96

ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica III

Recebido na Comissão de
Politica Urb. Metrop.e Meio
Ambiente
Em 31.07.96 as 19:00 h.

DONIZETI A. PONTES
Assist. Parlamentar

Folha nº. 131 do proc.
Nº. 56 de 1996
O funcionário

CÓPIA DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PROJETO DE LEI Nº 56/96, REFERENTE AO OFÍCIO Nº 18/Leg.3/0626/96, REMETIDO À CÂMARA MUNICIPAL COM O OFÍCIO A.T.L. Nº 205 /96.

Folha nº. 132 do proc.
Nº. 56 de 1996
O funcionário

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha de informação nº .....

d.....n.º.....em ...../...../.....(a).....

Interessado: Câmara Municipal de São Paulo

Assunto : Informações sobre o Projeto de Lei nº 56/96

S.G.M. / A.T.L.

Senhora Assessora Chefe

Através do ofício no. 18/Leg.3/0626/96, a Douta Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, solicita providências no sentido de serem enviados subsídios para que a referida comissão possa emitir parecer a respeito do Projeto de Lei nº 56/96.

O expediente formou o processo nº 59-001.725-96*76 e está sendo examinado pelas unidades competentes de SMT.G, visando o atendimento solicitado.

É o que se propõe seja transmitido à E. Câmara, aduzindo-se que, oportunamente, a resposta será complementada.

Em 25 de JULHO de 1996

SUELLY PENHARRUBIA FAGUNDES
Assessora - S.G.M. A.T.L.

Dra. Suelly

De acordo.
Em 25 de JULHO de 1996

NILZA MÉDICI DO AMARAL GURGEL
Assessora Chefe Substª - SGM. ATL.

Folha nº. 133 do proc.
Nº. 56 de 1996
O funcionário

CÓPIA DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PROJETO DE LEI Nº 56/96, REFERENTE AO OFÍCIO Nº 18/Leg.3/0626/96, REMETIDO À CÂMARA MUNICIPAL COM O OFÍCIO A.T.L. Nº 222 /96.

Folha nº. 134 do proc.
Nº. 56 de 1996
O funcionário

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha de informação nº 08

d ..... nº 59.001.725.96.76 em 15 / 07 / 96 (a) SEA

LAURA [illegible]
[illegible]

DTP-G
Sr. Diretor

Trata-se de projeto de Lei que acresce a letra "d" ao inciso II do artigo 19 da Lei nº 9049 de 24 de Abril de 1980.

A Lei 9049/90 cria e determina as características básicas das zonas de uso Z17 e Z18; cria e altera perímetros de zonas de uso; altera dispositivos para os Corredores de Uso Especial Z8-CR1, Z8-CR4 e Z8-CR5; cria o Corredor de Uso Especial Z8-CR6; enquadra logradouros públicos como corredores de uso Especial Z8-CR6; enquadra logradouros públicos como corredores de uso especial, e dá outras providências.

Assim, tendo em vista o assunto tratado na referida Lei, nada temos a manifestar, propondo o encaminhamento do presente a SAR ou DSV-AJ, pela competência, tendo em vista o assunto tratado.

SP. 15.07.96

MARIA LUCIA BEGALLI
Assistente Jurídico-DTP

MO-014

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO

Folha nº. 135 do proc.
Nº 56 de 1996
O funcionário folha nº 08

Proc. 59-001.725-96*76

15/07/96 (a)

Patrícia Helena Carreiro
Aux. Técnico Administrativo
D.T.P.

SMT-GAB
Sr. Chefe de Gabinete

Encaminhamos o presente com informação da nossa Assistência Técnica-DTP-AJ (fls. 08), que acolhemos.

São Paulo, 15 de julho de 1996.

LUIZ THADEU MEIRELLES BRANDÃO
Departamento de Transportes Públicos
Diretor - Resp. Expediente

SRSC/srsc

Folha nº. 136 do proc.
Nº. 56 de 1996
O funcionário

Folha de informação nº....13...do Processo nº 59-001.725-96 * 76 em 15/08/96.

Cláudia Dib Ydl
Reg. CET-9224-0

SPL- Sra Superintendente

Em vista da solicitação feita à folha 4 deste processo, temos a informar que a Cia. de Engenharia de Tráfego deverá pesquisar uma amostra de 64 escolas em todas as regiões da cidade de São Paulo, com o objetivo de aperfeiçoar a metodologia de análise de impacto sobre o sistema viário, decorrente da implantação de Escolas Particulares de Educação Infantil, de 1º e 2º grau.

Até a presente data foram concluídas as pesquisas em 16 escolas com as seguintes características:

- Local:

  * Itaim Paulista, São Miguel Paulista, Tatuapé, Santa Cecília, Santana, Ipiranga, Jabaquara, Rio Bonito, Vila Clementino, Vila Olímpia, Moema, Itaim Bibi e Campo Limpo.

- Porte:

  * O número de alunos por escola variou entre 270 e 1950.

- Padrão

Folha de informação nº.....14.....do Processo nº 59-001.725-96 * 76 em 15/08/96.

Cláudia Dib Ydl
Reg. CET-9224-0

* As mensalidades médias cobradas variaram de 1,1 a 5 salários mínimos.

A seguir apresentam-se as conclusões obtidas até a presente data:

a) Divisão modal de viagens de alunos do 1º grau

a.1. Mensalidades maiores que 1,7 salários mínimos:

TABELA 1

PERÍODO		PORCENTAGEM PESQUISADO DE							
		AUTOS	ALUNOS POR MODO						ALUNOS
			A PÉ	AUTO	ÔNIBUS OU METRÔ	ÔNIBUS ESCOLAR	PERUA	OUTROS	POR AUTO
MANHÃ	ENTRADA	39,2	13,1	71,5	6,2	4,6	2,3	2,3	1,82
	SAÍDA	27,8	24,0	47,4	12,0	6,0	7,5	2,3	1,70
TARDE	ENTRADA	43,4	11,3	67,9	15,1	1,9	3,8		1,56
	SAÍDA	45,3	15,1	71,3	7,5	1,9	3,8		1,58

* OUTROS = BICICLETAS, CARONA E MOTO.

Folha nº 138 do proc.
Nº 56 de 1996
O funcionário

Cláudia Dib Ydl
Reg. CET-9224-0

a.2. Mensalidades menores que 1,7 salários mínimos:

TABELA 2

PERÍODO		PORCENTAGEM PESQUISADO DE							
		AUTOS	ALUNOS POR MODO						ALUNOS
			A PÉ	AUTO	ÔNIBUS OU METRÔ	ÔNIBUS ESCOLAR	PERUA	OUTROS	POR AUTO
MANHÃ	ENTRADA	19,0	19,1	35,7	16,7	14,3	7,1	7,1	1,88
	SAÍDA	2,4	26,2	4,8	21,4	19,1	21,4	7,1	2,00
TARDE	ENTRADA	8,3	8,3	8,3	66,3	8,3	8,3		1,00
	SAÍDA	16,7	25,0	25,0	33,4	8,3	8,3		1,50

b) Divisão modal de viagens de alunos do 2º grau

Para mensalidades de 1,0 a 5,0 salários mínimos:

TABELA 3

PERÍODO		PORCENTAGEM PESQUISADO DE							
		AUTOS	ALUNOS POR MODO						ALUNOS
			A PÉ	AUTO	ÔNIBUS	ÔNIBUS ESCOLAR	PERUA	OUTROS	POR AUTO
MANHÃ	ENTRADA	26,7	30,0	43,3	16,7	3,3	3,3	3,3	1,63
	SAÍDA	8,3	41,7	11,1	38,9	2,8	2,8	2,8	1,63

Folha nº. 139 do proc.
Nº. 56 de 1996
O funcionário

Folha de informação nº...16....do Processo nº 59-001.725-96 * 76 em 15/08/96.

Cláudia Dib Ydl
Reg. CET-9224-0

c) Divisão modal de viagens de alunos da pré-escola

TABELA 4

PERÍODO		PORCENTAGEM PESQUISADO DE							
		AUTOS	ALUNOS POR MODO						ALUNOS
			A PÉ	AUTO	ÔNIBUS OU METRO	ÔNIBUS ESCOLAR	PERUA	OUTROS	POR AUTO
MANHÃ	ENTRADA	59,4	15,6	71,7			12,5		1,21
	SAÍDA	56,3	15,6	68,3			15,6		1,22
TARDE	ENTRADA	45,8	21,7	67,5	4,3	3,6	2,4		1,50
	SAÍDA	45,8	21,7	67,5	4,3	3,6	2,4		1,50

Folha nº. 140 do proc.
Nº. 56 de 1996
O funcionário

Folha de informação nº....17....do Processo nº 59-001.725-96 * 76 em 15/08/96.

Cláudia Dib Ydi
Reg. CET-9224-0

Em atenção às perguntas de nº 1 e nº 2 da folha 4 deste processo tem-se que para uma escola com 500 alunos por período do 1º grau serão verificadas as seguintes viagens:

a) Para mensalidades maiores 1,7 salários mínimos, aplicando-se as porcentagens da tabela 1 tem-se:

PERÍODO		NÚMERO RESULTANTE DE						
		AUTOS	ALUNOS POR MODO					
			A PÉ	AUTO	ÔNIBUS OU METRÔ	ÔNIBUS ESCOLAR	PERUA	OUTROS
MANHÃ	ENTRADA	196	66	357	31	23	12	12
	SAÍDA	139	120	337	60	30	38	12
TARDE	ENTRADA	217	57	339	75	10	19	
	SAÍDA	226	75	356	37	10	19	

Folha nº 141 do proc.
Nº 56 de 19 96
O funcionário

Folha de informação nº 18 do Processo nº 59-001.725-96 * 76 em 15/08/96.

Cláudia Dib Ydl
Reg. CET-9224-0

c) Para mensalidades menores que 1,7 salários mínimos, a partir da tabela 2 tem-se:

PERÍODO		NÚMERO RESULTANTE DE ALUNOS POR MODO						
		AUTOS	A PÉ	AUTO	ÔNIBUS OU METRÔ	ÔNIBUS ESCOLAR	PERUA	OUTROS
MANHÃ	ENTRADA	95	96	179	84	72	36	36
	SAÍDA	12	131	24	107	96	107	36
TARDE	ENTRADA	12	42	42	334	42	42	
	SAÍDA	84	125	125	167	42	42	

Desta forma julgamos haver esclarecido as duas primeiras questões feitas à folha 4. As demais se referem a assuntos que não competem a nossa especialidade.

Lucia Helena W. Freitas
GDE/Pólos Geradores de Tráfego

Heloísa Helena M. Martins
GDE/Pólos Geradores de Tráfego

De acordo,

p/ Arq. VALTER CASSEB
Gerência de Desenvolvimento e Estudos Especiais-GDE

Folha nº. 142 do proc.
Nº. 56 de 19 96
O funcionário

Companhia de Engenharia de Tráfego

Folha de informação nº. 20 19 do Processo nº 39-001.725-96 * 76 em 15/08/96.

Cláudia Dib Ydl
Reg. CET-9224-0

A ATE - Sra. Assessora

Enviamos o presente, com os esclarecimentos de GDE, para prosseguimento.

Arq.NANCY REIS SCHNEIDER
Superintendente de Planejamento e Desenvolvimento - SPL

RECEBIDO
N.º 690
Data 15/08/96
Horas
Assin.

D.
15/08/96
20.

DSV. GAB
16/08/96
RECEBIDO

Entr.PG.000/96- DOT-08/96 Relatorio Arq.ESCOLA - HHHH

Mod. A - 017

Folha nº. 143 do proc.
Nº. 56 de 1996
O funcionário

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha de informação nº 20

do processo nº 59.001.725-96*76 em 16/08/96 (a) Dª Neusa Santos

SMT/GAB - Sr. Chefe de Gabinete

De ordem do Senhor Diretor do DSV, restituímos o presente expediente à V.Sª., com as providências deste Departamento.

DSV/AT.,em 16/08/96.

Maria da Penha Pereira Nobre
Assistencia Técnica
Gabinete do Diretor do DSV

D.S.V. - AT.
19/08/96
20.20.041-5

SMT - GAB.
19/08/96
20-10-0011-9

MO-014

Folha nº 144 do proc.
Nº 56 do ano 96
O funcionário

URGENTE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha de informação nº 21

d.....no.....em 20 / 08 / 96 (a) .....

GISLENE CAMPOS RODRIGUES
Of. Adm. Geral III
SMT-001

Do processo nº 59-001.725-96*76

Int.: Câmara Municipal de São Paulo

Ass.: Informações sobre o Projeto de Lei nº 56/96

Inf. nº 1599/96

SGM/ATL
Sra. Assessora

Restituímos o presente, com as informações das àreas competentes desta pasta, às fls. 08/20.

19/08/96

ALOÍSIO ROBERTO CERCHI NASCIMENTO
Chefe de Gabinete
SMT

PREF. GAB.
20 AGO 1996
11-10-00

TTMK/lmsl

Folha nº. 195 do proc.
Nº. 56 de 1996
O funcionário

Câmara Municipal de São Paulo

16 - PAR
16-1987/1996

PARECER Nº DA COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 56/96

Visa o presente Projeto de Lei nº 56, de 13 de fevereiro de 1996, de autoria do Nobre Vereador José Viviani Ferraz, acrescer a letra "d" ao inciso II do artigo 19 da Lei nº 9.049, de 24 de abril de 1980, e dar outras providências.

Segundo a propositura, o acréscimo pretendido permitiria a implantação de pré-escolas e escolas de primeiro e segundo grau em corredores Z8-CR1.

Como o Executivo, apesar de ter sido instado a prestar informações não as forneceu em tempo hábil, a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente optou por emitir seu parecer sem aguardar o retorno das respostas do Executivo a fim de que não mais se delongasse a tramitação do Processo.

Pela leitura do Projeto de Lei não se sabe se o que pretende o Autor é a instalação de escolas em corredores Z8-CR1-I,ou em corredores Z8-CR1-II ou em ambos, já que ele não especifica se o acréscimo da letra "d" é no primeiro, ou no segundo, ou em ambos parágrafos do artigo 19 da citada lei.

De qualquer forma, a instalação de escolas nestes corredores não nos parece uma decisão que devesse ser acatada, pois nestes logradouros são permitidos apenas residências e prestadores de serviço, que em geral são pequenos estabelecimentos. Assim, modificar-se-ia inteiramente a vida da região, fazendo-se uma mudança brusca.

Apesar de a escola pretendida possuir não mais de 150 alunos e a área de construção não ultrapassar 500 m², o impacto desta alteração de uso influenciará decisiva e negativamente nas inúmeras regiões onde existem corredores Z8-CR1, tendo em vista o aumento de fluxo de pessoas e automóveis.

17 - RELCOM
17-3225/1996

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. – IMESP

Folha nº. 146 do proc.
Nº. 56 de 19 96
O funcionário

Por estes motivos a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente tem parecer contrário à propositura pois crê que seus resultados ao invés de melhorarem as condições de ensino causarão danos irreparáveis nas regiões dos corredores Z8-CR1.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, em 18.09.96.

Presidente

Relator

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. – IMESP

Folha nº. 14 do proc.
Nº. 56 do 1996
O funcionário

VOTO VENCIDO DO RELATOR SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 056/96

Visa o presente Projeto de Lei nº 056/96, de autoria do nobre Vereador José Viviani Ferraz acrescentar a "letra d" no inciso II do artigo 19 da Lei nº 9.049 de 24 de abril de 1980.

O texto da "letra d" que se quer acrescentar é o seguinte: "Pré escolas, escolas de 1º e 2º grau, desde que o número de alunos não ultrapassem 150 (cento e cinqüenta) em todos os seus cursos e cuja área de construção não ultrapasse 500 m² (quinhentos metros quadrados).

O inciso II do artigo 19 da Lei 9.049/80 trata dos estabelecimentos e atividades que são permitidas no Corredor de Uso Especial Z8-CR1-I.

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou um Substitutivo no sentido de adaptar o projeto à uma melhor técnica de legislativa.

Foram realizadas na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente 2 (duas) audiências (em 15/05/96 e em 29/05/96); na 2ª houve a solicitação por parte de um dos membros da Comissão (a nobre Vereadora Ana Maria Quadros) no sentido de enviar um pedido de informações ao Executivo sobre a pretendida alteração.

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente solicitou ao Executivo as informações acima citadas, sendo que em resposta o mesmo informou que foi formado o processo nº 59-001.725-96*76 que tramita pelas unidades competentes da Secretaria Municipal de Transportes.

Esta Comissão ao receber essa comunicação optou por emitir seu parecer sem aguardar o retorno das respostas do Executivo tendo em vista que preferiu dar continuidade na tramitação da presente propositura.

Folha nº. 148 do proc.
Nº. 56 de 1996
O funcionário

Dessa forma, entendemos pela aprovação do Substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, já que essa medida: a permissão dos mencionados estabelecimentos nos Corredores de Uso Z8-CR1-I, propiciará novas vagas para os estudos infanto-juvenil da Cidade, sendo que a limitação dessas vagas, em 150 (cento e cinqüenta) alunos e a limitação da área construída em até 500 m² (quinhentos metros quadrados), não levaria a tornar algum desses corredores em áreas de trânsito que possa conturbar o fluxo viário.

Favoral, portanto, nosso parecer.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente em

Presidente

Relator

)

Ma Maria Quadros (contrário)

contrário

(contrário)

Publicado no DIARIO OFICIAL
de 21 / 09 / 1996
página 62 coluna 02
conferido:

À Douta Comissão de
Atividade Econômica
Em, 23/09/96

DONIZETI A. PONTES
Assist. Parlamentar

Recebido na Comissão de
Trânsito, Transporte
e Atividade Econômica
Em 23/9/96 às 13h

MARIA ELIZABETH MACHADO
Secretária

Ao nobre Vereador Ítalo Cardoso
para relatar.
Sala da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica.
23/09/96

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUEM, juntados nesta data Para informação documento rubricados sob
folhas de n.º 1 a 9 / 07 / 10 / 96 a)

Folha nº 149 do proc
Nº 56 de 1996
O funcionário

Câmara Municipal de São Paulo

PRORROGAÇÃO

Tendo em vista a necessidade de maiores estudos da matéria, prorrogo o prazo deste processo nesta Comissão, conforme disposto no art. 63, "caput", do Regimento Interno.

07/10/96

VEREADORA LÍDIA CORRÊA
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Seguem, juntados nesta data (Anexo para Informação / documento) rubricados sob folhas de nº 15 a 153 (15/10/96) a)

Folha nº 150 do proc.
Nº 56 de 1996
O funcionário

Prefeitura do Município de São Paulo

GABINETE DO PREFEITO

São Paulo, 2 de outubro de 1996

Ofício A. T. L. n.o 235/96

15 - DOCREC
15-0306/1996

RECEBIDO NA A. T. L.
Em 02 / 10 / 96
Hs 15:30

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, junto ao presente, cópias das informações prestadas pelas Unidades competentes desta Prefeitura, relativas aos Projetos de Lei constantes da relação anexa.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

PAULO MALUF
Prefeito

A Sua Excelência o Senhor Doutor João Brasil Vita
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

SGM - 002 - DGM

Comissão AT. Economica.

À Douta Comissão de
Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente
Em, 07 / 10 / 96

MARGARETE NUNES DA SILVA
Chefe de Seção Técnica III
Substituto

Recebido na Comissão de
Política Urb. Metrop.e Meio
Ambiente
Em 07.10.96 as 16:00 h.

DONIZETI A. PONTES
Assist. Parlamentar

À Douta Comissão de
Atividade Econômica
Em, 15 / 10 / 96

MARIAMALIA DE VASCONCELLOS
Secretária da Comissão de Política Urbana,
Metropolitana e Meio Ambiente

Folha nº. 151 do prec.
Nº. 56 de 1996
O funcionário

CÓPIA DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PROJETO DE LEI Nº 56/96, REFERENTE AO OFÍCIO Nº 18/Leg.3/0626/96, REMETIDO À CÂMARA MUNICIPAL COM O OFÍCIO A.T.L. Nº 235 /96.

Folha nº. 152 do proc.
Nº. 56 de 1996
O funcionário

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

Folha de informação nº - 37 -

do proc. nº 59-001.725-96*76 em 17 / 09 / 96 (a)

Zila Ponzoni

N.I. 5419

Interessado : Câmara Municipal
Assunto : Ref. P.L. 056/96

SAR/ATAJ
Sr. Assessor Chefe

Trata o presente de Projeto de Lei nº 56/96, que acresce a letra "d" ao inciso II do artº 19 da Lei 9.049/80.

Preliminarmente observamos que, por se tratar de alteração do zoneamento, SEMPLA é competente para opinar sobre a matéria.

Observamos que, a nosso ver, a alteração pretendida não deverá ser acolhida, tendo em vista que a instalação de escolas em corredores Z.8.CR.1 implicará no aumento substancial de tráfego nessas vias, considerando que esses estabelecimentos se constituem em significativos polos geradores de tráfego, que, por certo, descaracterizarão o perfil urbanístico planejado para esses corredores.

17.09.96

Engº PAULO SERGIO PINHEIRO DA SILVEIRA
Respondendo pela SGUOS
SAR

dapcf3ciz3zp

ASSESSORIA JURÍDICA

SAR-UNICOM
19/09/96
12-10-110-9

Folha nº. 153 do proc.
Nº. 56 de 1996
O funcionário

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO
Secretaria das Administrações Regionais

Folha de informação nº 30

Processo nº 59-001.725-96*76 em 23/09/96 (a) .....
JOSÉ CARLOS DE A. MARIANO
SAR/ATAJ

INF. 3751/ATAJ-96

INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 056/96.

SGM/ATL.
Srª Assessora

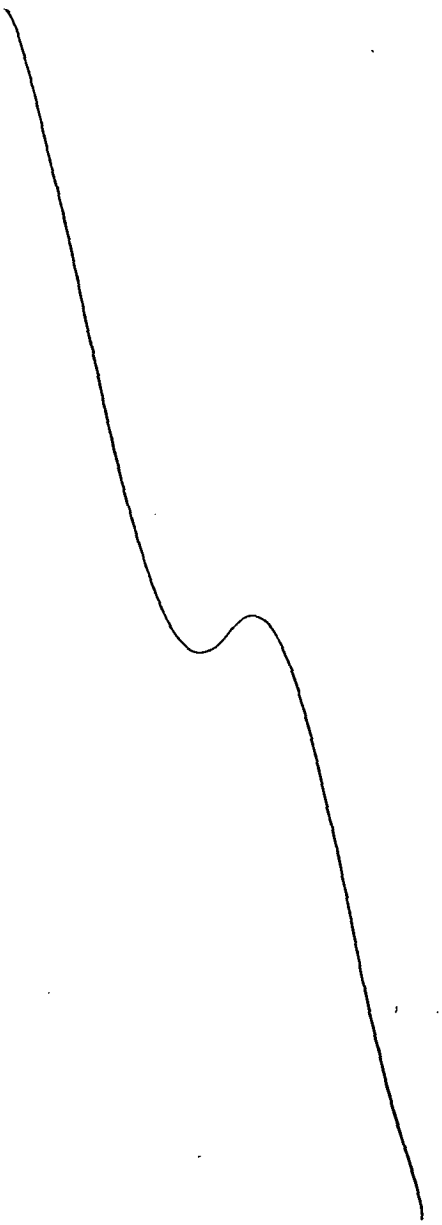
Com a manifestação da SAR/SGUOS acerca do mérito do Projeto de Lei nº 056/96, retornamos o presente.

São Paulo, 23 de setembro de 1996.

LEONIDAS MOREIRA NETO
Assessor Chefe
SAR/ATAJ

AMS/irs

PREF. GAB.
26 SET 1996
11-10-0010



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECÇÃO, juntados nesta data Para prestação de informação do documento rubricados sob folhas de nº 154/ 15/10/96 a)

Folha n.º 154 do proc
Nº 56 de 1996
O funcionário

Câmara Municipal de São Paulo

DA COMISSÃO DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E ATIVIDADE ECONÔMICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 56/96

Visa o presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Jose Viviani Ferraz, permitir a instalação de escolas nas vias enqudradas pela legislação de zoneamento na categoria " Corredor de Uso Especial Z8 CR1-I".

Segundo este projeto, seriam permitidas nos corredores mencionados escolas com cursos pré primário, de primeiro ou de segundo grau, desde que em estabelecimentos de pequeno porte, isto é, com área construída não superior a 500 metros quadrados e com capacidade não superior a 150 alunos.

Os corredores de Uso Especial CR1-I são constituidos pelos lotes lindeiros a algumas vias que atravessam zonas de uso exclusivamente residencial - Z1. Neles são permitidos diversos tipos de serviços, como, por exemplo: agências bancárias, escritórios de consultoria e galerias de arte.

Esta Comissão entende que estabelecimentos de ensino com até 150 alunos são comparáveis, em termos de atração de tráfego e demais impactos na vizinhança, a outros usos não residenciais já pemitidos em corredor Z8-CR1-I. Considera-se, também, que educação e moradia são usos complementares, sendo razoável permitir a instalação de escolas em vias que atravessam bairros residenciais.

Pelo exposto, este parecer é favorável ao projeto, nos termos do substitutivo apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça.

Sala da Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica, em 15/10/96

PRESIDENTE - LÍDIA

RELATOR - ITALO

ORTEGA

SALA

PACHECO

CINTRA

17 - RELCOM
17-5045/1996

À Douta Comissão de
Educação, Cultura e Esportes
Em 15/10/96

ARÃO M. DOS SANTOS
Secretário

Recebido na Comissão de
Educ. Cult. e Esportes
Em 21/10/96 as 12:00 h.
Marcos Antonio Silva
Secretário
Reg. 10883

AO NOBRE VEREADOR Ayrton Gramotti
PARA RELATAR.
SALA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

21 / 10 / 96

PRESIDENTE

À DT. 94 - Senhora Chefe,

De acordo com o Art. 275 do Regimento Interno, solicito o arquivamento do presente projeto.

SP., 02 / 01 / 97

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
Estão juntadas nesta data [illegible] rubricados sob folhas de nº 155, 06/1/97

REGINA APARECIDA [illegible]
Chefe de Seção Técnica II

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº #155#

do processo nº 01-0056 de 1996 06 1 97 (a) .....

REGINA APARECIDA BARRIOS
Chefe de Seção Técnica II

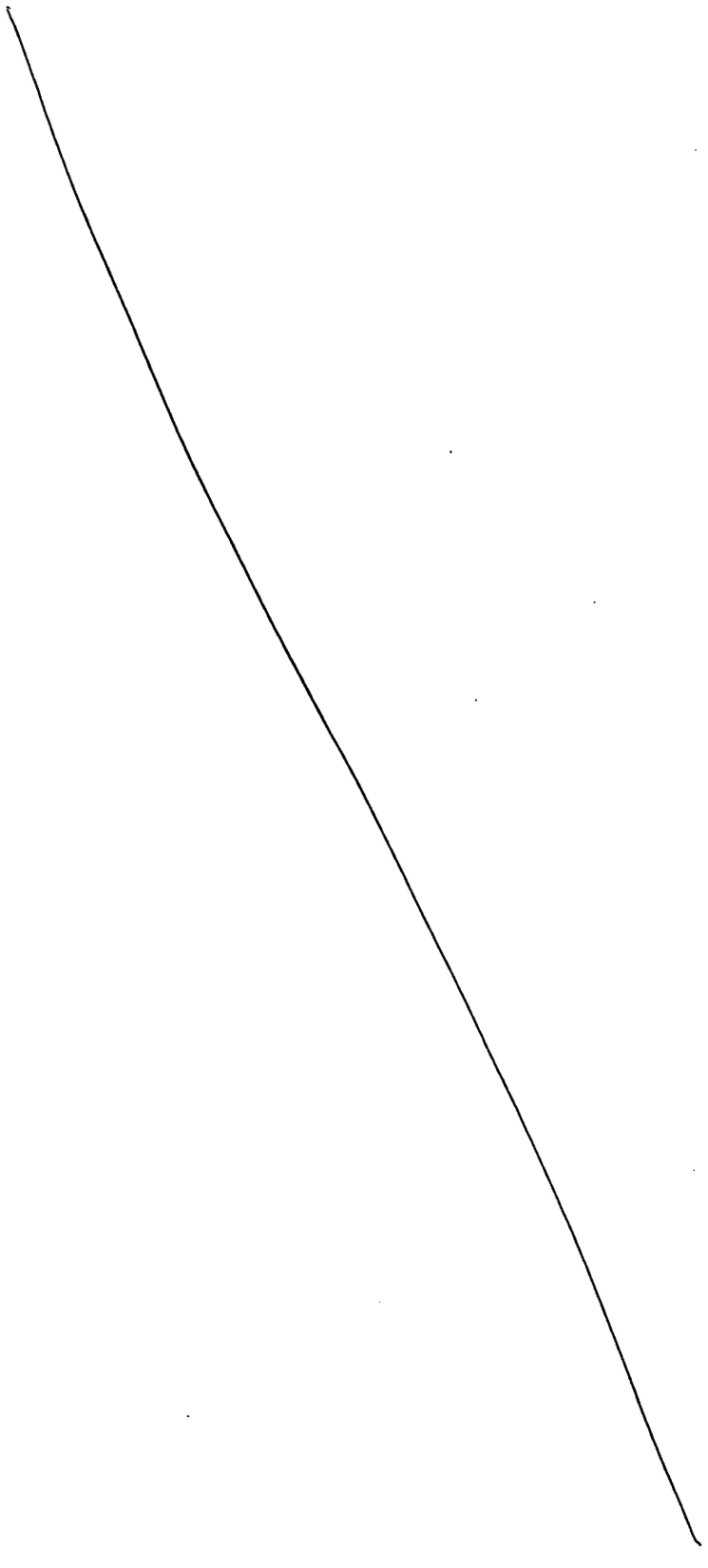
DEPARTAMENTO
DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA
SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO

Proc. encerrado c/ 155 fls.

Arquivo em 06/1/97

O Func.ª .....

REGINA APARECIDA BARRIOS
Chefe de Seção Técnica II



SEGUE ..... juntado ..... nesta data, ... documento ..... e papel para informação, rubricado .....

sob folha ..... nº ..... 156 .....

Em 17/3/97

(a) ..... Rayzilla C. L. Bittencourt .....

Oficial Legislativo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº 157, digo, 156

do processo nº 56 de 19 96, 17 3 97 (a)

Raydália C. L. Bittencourt
Oficial Legislativo

À ATM - Sr. Assessor Chefe,

Em atendimento ao RDS. 13-0443/1997..., segue o presente expediente para volta à tramitação.

17 / 3 / 97

REGINA APARECIDA BARRIOS
Chefe de Seção Técnica II

CÓD. 0233

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO S.A. – IMESP

Segue(m) Juntado(s), nesta data, documento(s) rubricado(s) sob nº 157 ~~e folha de informação sob n.º~~ 17/3/97

RMB

Raydália C. L. Bittencourt
Oficial Legislativo

Câmara Municipal de São Paulo

GABINETE DA LIDERANÇA DO PL

Folha n.º 157 de proc.
n.º 56 do 19 96
Raydália C. L. Bittencourt
Oficial Legislativo

13 - RDS
Requerimento 13-0443/1997

DEFERIDO
11 MAR 1997
PRESIDENTE

Requeiro à Douta Mesa, na forma e nos termos regimentais , para que seja providenciada a volta da tramitação dos Projetos de Lei conforme abaixo, de autoria do Vereador Viviani Ferraz :

Projeto Decreto Legislativo
015/1995 - 093/1995

Projeto Lei
858/96 - 857/96 - 845/96 - 833/96- 813/96 - 659/96 - 657/96 -656/96 - 426/96 - 341/96 - 257/96 - 056/96 - 014/96 - 1364/95 - 1313/95 - 1042/95 - 939/95 - 730/95 - 384/95 - 291/95 .

Sala de Sessões, 11 de março de 1997

Vereador Mohamad Said Mourad
Líder da Bancada do PL

11 MAR 1997
- DT. 10 -

A Com. de Educação
24 / 03 / 94

LUIZ AREIAS DE CARVALHO
Ass. Tecn. Leg. Chefe - A.T.M.

Recebido na Comissão de
Educ. Cult. e Esportes
Em 24/3/94 as 17:00 h.
Marcos Antonio Silva
Secretario
Reg. 10833

AO NOBRE VEREADOR João Herbert Cardoso
PARA RELATAR.
SALA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES.

24 / 03 / 94

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUEM, juntas, [illegible] rubricadas sob
folhas de nº 158 a 164 / 94 a)

Folha nº 158
Nº 96

Câmara Municipal de São Paulo

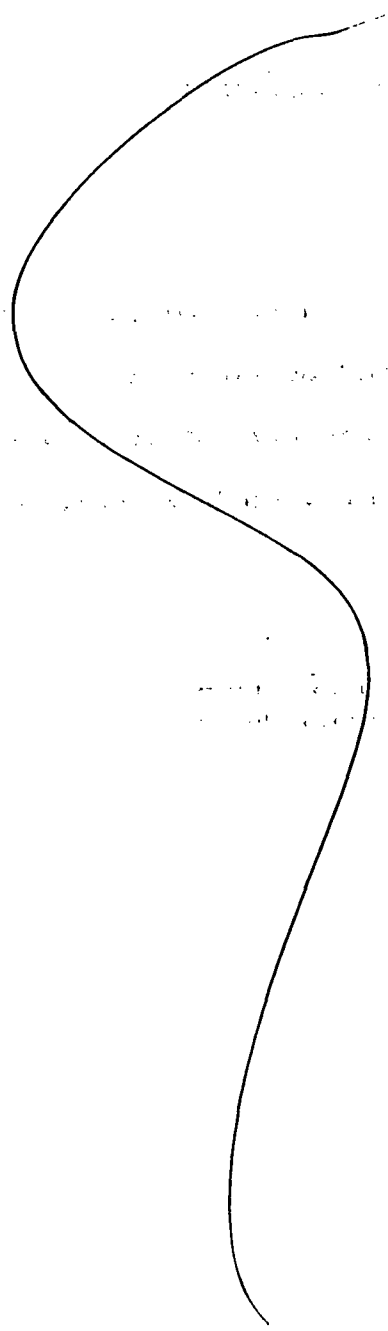
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRORROGAÇÃO

Tendo em vista a necessidade de maiores estudos que requer a matéria, a pedido do Senhor Relator, prorrogo o prazo para emissão de parecer desta Comissão, conforme disposto no art. 63, "caput", do Regimento Interno.

Em, 5/4/97.

Cosme Lopes
Presidente



Folha n.º 15
N.º 56 /96
Funcio

Câmara Municipal de São Paulo

16 - PAR
16-0332/1997

DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES SOBRE O PROJETO DE LEI 56/96

De autoria do nobre Vereador José Viviani Ferraz, a presente propositura tem por escopo acrescentar ao inciso II do art. 19 da Lei nº9049/80 - que cria e determina as características básicas das zonas de uso Z17 e Z18 - a letra "d", a fim de permitir que pré-escolas e escolas de 1º e 2º graus, desde que não ultrapassem 150 alunos e cuja área de construção não ultrapasse 500m², possam se instalar em Corredor de Uso Especial Z8-CR1-I.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer de fls. 7, opinou pela legalidade da propositura, mas apresentou substitutivo.

De sua parte, a Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, após a realização de duas audiências públicas, opinou contrariamente à matéria (fls. 145/146), enquanto que a Comissão de Trânsito, Transporte e Atividade Econômica apresentou apenas relatório (fls. 154) que não logrou obter maioria contrária ou favorável ao mesmo.

Quanto a esta Comissão de Educação, Cultura e Esportes, julgamos que o mérito e o interesse público maior a serem analisados, nesta propositura, já o foram pela ínclita Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Com efeito, poder-se-ia pensar que a instalação de escolas, tanto as de educação infantil quanto as de 1º e 2º graus, seria - para nós desta comissão que trata dos assuntos da Educação - algo sempre favorável e meritório. No entanto, temos de apreciar o interesse da sociedade como um todo e a nós nos parece que cabe razão, neste caso, à Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente ao rejeitar a matéria. Haja vista, a informação de órgão técnico do Executivo, mais precisamente da Secretaria das Administrações Regionais, que às fls. 152/153 opina que a instalação de escolas em corredores Z8-CR1 "implicará em aumento substancial de tráfego nessas vias" e, por serem (as escolas) pólos geradores de tráfego intenso, "por certo descaracterização o perfil urbanístico planejado para esses corredores".

Assim, por todo o exposto, o nosso parecer é contrário à propositura em exame.

Sala da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, 8/5/97.

Presidente

Relator

17 - RELCOM
17-6060/1997

Publicado no DIARIO OFICIAL
de 20 / 05 / 1997
pagina 38 coluna 2
conferido:

À Douta Comissão de
Finanças e Orçamento
Em, / /

Marcos Antonio Silva
Secretario
Reg. 10833

Recebido na Comissão de
Finanças e Orçamento
Em 26/5/97 às 12:00 h.

ISABEL P. S. HANASHIRO
Of. Adm. Geral III

Ao nobre Vereador José Eduardo Martins Cardozo
para relatar.
Sala da Comissão de Finanças e Orçamento
26 / 05 / 97

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUE(M) juntado(s) nesta data documento(s) rubricado(s) sob n.º 160 e fôlha de informação sob n.º 10/06/97 a (2)

Câmara Municipal de São Paulo

RELATÓRIO

Folha n. 160 do proc.
n. 56 de 1996
o funcionário

Parecer nº da Comissão de Finanças e Orçamento sobre o Projeto de Lei nº 0056/1996.

Encaminhe-se relatório.
Em, ___/___/___

PRESIDENTE

O Projeto de Lei 0056/1996 em questão, de autoria do nobre vereador José Viviani Ferraz, dispõe sobre a alteração da Lei nº 9049 de 24 de abril de 1980 acrescendo a "letra d " ao inciso II, do artigo 19.

A alteração proposta pelo autor a esta lei implica na instalação de escolas nos corredores Z8 - CR1, vias que atravessam ou limitam as Z1, acarretará um aumento do volume de tráfego incompatível com a vizinhança, exclusivamente residencial. O problema dos congestionamentos nos horários de entrada/saída das escolas já é muito conhecido dos paulistanos, como alguns desses horários coincide com os de pico (principalmente o do fim de tarde).

Conclui-se, então que a soma desses congestionamentos e transtornos generalizados acarretará em prejuízo ainda maior tanto à população quanto ao poder público, que é o responsável direto pela conservação das vias públicas desta cidade e do direcionamento do trânsito, implicando em maiores gastos na área prejudicada, na tentativa de atenter às necessidades da população.

Contrário é o parecer.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em 30/06/97.

José Eduardo Cardozo
Relator

contrário

17 - RELCOM
17-2173/1997

À A.T.M.
Em, 19/09/97

Rosmari Cury Alves dos Santos
Secretária

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SEGUE(M) juntado(s) nesta data documento(s) rubricado(s) sob n.º _____ e folha de informação sob n.º 161 / 18 / 1 / 01 a (

INÁCIO VEIGA
Oficial Legislativo
RF. 11.132

OD. 0522

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº 161

do processo nº 56 de 19 96 18 1 01 (a)

INÁCIO VEIGA
Oficial Legislativo
RF. 11.132

Ao DT.94 - Sra. Chefe:

Arquivar o presente processo, de acordo com o art. 275 do Regimento Interno (mudança de legislatura).

15/02/2001

BRENO GANDELMAN
Assessor Téc. Legislat. Chefe
ATM

CÓD. 0233

SEGUE ..... juntado ..... nesta data, ... documento ..... e papel para informação, rubricado .....

sob folha 162 nº .....

Em 15.02.2001

(a) ..... YURI F.CO. FALCONI .....
R. F. 101.007 - ATM

Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº 162 do proc.
nº 56 de 1996
YURI FCO. FALCONI
R. F. 101.007

DEFERIDO
13 FEV 2001
PRESIDENTE

REQUERIMENTO Nº 13 - RDS
13-0083/2001

REQUEIRO à Douta Mesa, na forma e nos termos regimentais, que seja providenciado, a tramitação dos seguintes Projetos de Leis de minha autoria:
PL 0382/2000 - PL 0329/2000 - PL 0313/2000 - PL 0300/2000 - PL 0260/2000 - PL 0246/2000 - PL 0236/2000 - PL 0219/2000 - PL 0209/2000 - PL 0189/2000 - PL 0154/2000 - PL 0216/1999 - PL 0036/1999 - PL 0579/1998 - PL 0460/1998 - PL 0033/1998 - PL 0844/1997 - PL 0250/1998 - PL 0391/1998 - PL 0077/1997 - PL 0153/1997 - PL 0033/97 - PL 0056/1996 - PL 0939/1995 - PL 1364/1995 - PL 0055/1999 - PDL 0109/1998 - PR 0014/1997.

Sala das Sessões, 07 de fevereiro de 2.001.

Vereador JOSÉ VIVIANI FERRAZ
Líder do Partido Liberal

Seção de Publicação e Edição de Anais
DT - 10
14 FEV 2001

yhk/

CÓD. 0561

Segue(m) juntado(s), nesta data, documento(s) e folha de informação rubricados sob nº 165
Em 05/01/04
Ass:

Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF. 100.453

Câmara Municipal de São Paulo

SUBSECRETARIA DE APOIO LEGISLATIVO

Papel para informação, rubricado como folha nº 163

do processo n.º 01-56 de 96 05/01/05 (a)

Eva Podolski
Assistente Parlamentar
RF. 100.453

À SGP-33 – Sra. Supervisora:

Solicito arquivar o presente processo de acordo com o art. 275 do Regimento Interno (mudança de legislatura).

05 / 01 /2005

Ângela Bordin Andreoni
Subsecretária de Apoio Legislativo
SGP-2

SUPERVISÃO DE ARQUIVO GERAL - SGP-33

Requisitado em 17/03/1997

Arquivado novamente em 20/01/2005

Com 163 fls.

O Func.º

APARECIDO FERREIRA
RF 101.075
SGP-33